

Edital 36/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2024	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	SIVIA CRISTINA DORNELAS	18/10/2024 15:02 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60585.000694/2024-69

PREGÃO ELETRÔNICO SRP

90036/2024

CONTRATANTE

Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI)
UASG 110404

OBJETO

Aquisição de material de consumo

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 110.255,28 (cento e dez mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/11/2024 às 10h (horário de Brasília - DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º 90036/2024

(Processo Administrativo nº 60585.000694/2024-69)

Torna-se público que o Ministério da Defesa - MD, por meio do Departamento de Administração Interna - DEADI, sediado na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco O, CEP: 70052-900, em Brasília - DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de material de consumo** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens a participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento menor preço por item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço por item; e

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo de 100% (cem por cento) para cada item, conforme subitem 1.6. do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do objeto.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.2.1. A avaliação de constatação dar-se-á pela existência de penalidades registradas no SICAF dos últimos 5 (cinco) anos:

a) Um ponto negativo para cada advertência;

b) Três pontos negativos para cada multa; e

c) Sete pontos negativos se houver algum impedimento pregresso de licitar e contratar, registrado.

6.21.1.2.2. Caso os critérios acima não sejam suficientes para desempatar os licitantes, passará a uma segunda fase que consistirá na valoração positiva da experiência contratual dos licitantes da seguinte forma:

6.21.1.2.3. Apresentação de declaração do licitante apresentando a quantidade de contratos em vigência com a administração pública referente ao objeto da contratação, sendo acompanhada das declarações de cada órgão atestando o fiel cumprimento das obrigações contratuais. A cada contrato apresentado da forma descrita será atribuído um ponto ao licitante.

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º)

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º)

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento) à 30% (trinta por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º)

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN n.º 3/2018, art. 7º, *caput*)

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único)

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei n.º 14.133/21, art. 64, e IN n.º 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015)

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto n.º 11.462/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/defesa/pt-br> > Licitações e Contratos > Editais ou por meio do e-mail nupreg@defesa.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 7,5% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita

no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios e-mail nupreg@defesa.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/defesa/pt-br> > Licitações e Contratos > Editais ou por meio do e-mail nupreg@defesa.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência; (7458241)

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar; (7458233)

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços; e (7410804)

14.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços; (7410804)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUGUSTO CESAR DE CARVALHO FONSECA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/10/2024 às 15:02:36.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Referencia n. 144.2024.pdf (685.97 KB)
- Anexo II - Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Precos.pdf (128.9 KB)
- Anexo III - Anexo III - Modelo de Proposta de Precos.pdf (40.22 KB)

**Anexo I - Anexo I - Termo de Referencia n. 144.2024.
pdf**

Termo de Referência 144/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
144/2024	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	16/10/2024 15:49 (v 10.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	593/2024	60585.000694/2024-69

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de Material de Consumo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, MATERIA PRIMA: 100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT, GRAMATURA 1: CERCA DE 30 G/M2, DIMENSOES: CERCA DE 70 CM X 50 M, APRESENTAÇÃO EM ROLO.	481805	UN	100	19,44	1.944,00
2	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA 200 FOLHAS, TAMANHO: 21X22 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADO. PACOTE COM 200 UND.	319191	PCT	100	20,86	2.086,00
3	SABÃO PÓ; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL E ROUPAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL COM AMACIANTE. CAIXA COM 1 KG.	226795	CAIXA	100	18,10	1.810,00
4	JOGO DE 12 DIVISÓRIAS PARA FICHÁRIO - COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO - TAMANHO A4 -FURAÇÃO UNIVERSAL - FEITA EM POLIPROPILENO MATERIAL LEVE, ATÓXICO - RESISTENTE E 100% RECICLÁVEL - ACOMPANHA ÍNDICES COLORIDOS PERSONALIZÁVEIS PARA IDENTIFICAÇÃO.	299050	UN	150	12,24	1.836,00
5	POLIDOR LÍQUIDO DE METAIS, COR BRANCA AMARELADO. COMPOSIÇÃO: AGENTES DEPOLÍMERO, SOLVENTE DE PETRÓLEO, OLEÍNA, SILICATO DE ALUMÍNIO, AMÔNIA. FRASCO DE 200ML. SIMILAR AS MARCAS BRASSO, KAOL, SILVO OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.	295598	UN	10	52,14	521,40
	CARTÃO DE PROXIMIDADE DE ACESSO COM CHIP PARA					

6	CONFECÇÃO DE CRACHÁ COM ACESSO A CATRACAS MEDIDAS 53,8 X 85,5 MM. PACOTE COM 100 UND.	610378	UN	10	376,27	3.762,70
7	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% FIBRAS CELULÓSICAS TIPO FOLHA: DUPLA PICOTADA COMPRIMENTO: 22 CM LARGURA: 20 CM COR : BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GOFRADO, PACOTE COM 2 BOBINAS DE 60 FOLHAS CADA.	440603	PCT	200	7,87	1.574,00
8	ESPONJA DE LIMPEZA MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO FORMATO: RETANGULAR APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM LARGURA MÍNIMA: 50 MM PACOTE COM 8 UNIDADES	373481	PCT	300	2,93	879,00
9	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315C, COR CIANO, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER	406361	UN	10	656,54	6.565,40
10	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315M, COR MAGENTA, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	406362	UN	4	764,58	3.058,32
11	CADEADO EM LATÃO MACIÇO, HASTE: AÇO INOXIDÁVEL ALTURA: 69 MM LARGURA: 50 MM QUANTIDADE PINOS: 16 UM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVE TIPO TETRA E TRAVA DUPLA	236534	UN	50	142,61	7.130,50
12	VÁLVULA PARA BORRIFADOR /PULVERIZADOR COMPATÍVEL COM GARRAFAS DE BOCA DE ROSCA 28, COM O PESCADOR DE 25CM MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR	307885	UN	200	3,95	790,00
13	TRAVESSEIRO; MATERIAL: ESPUMA SINTÉTICA; REVESTIMENTO: 100% ALGODÃO; COMPRIMENTO: 0,50 M; LARGURA: 0,70 M, DENSIDADE: 20, COR: BRANCA	255329	UN	60	56,21	3.372,60
14	BANDEIRA-INSÍGNIA DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, DE DOIS PANOS (TIPO 2) , TAMANHO RETANGULAR, CUJO LADO MAIOR É UMA VEZ E MEIA O MENOR; FARPADA, TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO) NA COR AMARELA DA BANDEIRA NACIONAL, COM VINTE E UMA ESTRELAS AZUIS DISPOSTAS EM CRUZ, SENDO CINCO EM CADA RAMO E UMA NO CENTRO, TENDO AO CENTRO DO QUADRILÁTERO SUPERIOR ESQUERDO A ESTRELA DAS ARMAS NACIONAIS, BORDADO, REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA COM DOIS ILHOSES METÁLICOS, MEDINDO 0,90 CM X 1,28 CM, CONFORME PROJETO.	441697	UN	10	348,75	3.487,50
15	BANDEIRA NACIONAL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. AMARRAS DE CADARÇO DE ALGODÃO NAS BANDEIRAS DE MEIO PANO E ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO NAS BANDEIRAS DE 2 A 6 PANOS, DE ACORDO COM O ANEXO DA LEI 8.421/92	348127	UN	10	532,50	5.325,00
	BANDEIRA DO MERCOSUL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS)					

16	TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO, COSTURA REFORÇADA NOS CANTOS PARA FIXAÇÃO.	383655	UN	10	584,00	5.840,00
17	CAIXA ELÉTRICA EM ABS ANTICHAMA NO PADRÃO NBR 147136, COM 02 (DUAS) TOMADAS ELÉTRICAS PRETAS PADRÃO NBR 14136; 01 (UMA) TOMADA ELÉTRICA VERMELHA PADRÃO NBR 14136; COM 05 (CINCO) VIAS DE CONECTOR ELÉTRICO TIPO BORNE (CADA TOMADA COMPORTA ATÉ 350 VA DE POTÊNCIA; DIMENSÕES: LARGURA 35MM, COMPRIMENTO 290MM E ALTURA 50MM. CARACTERÍSTICAS: COMPORTA ATÉ 02 (DOIS) CONECTORES RJ45 FÊMEA TIPO KEYSTONE, SAÍDA DOS CABOS LÓGICOS PELA LATERAL OU PELA PARTE INFERIOR. REFERÊNCIA: EXA-320 PROLUCE OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	291226	UN	50	61,39	3.069,50
18	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIETILENO E TECIDO LAMINADO DE ALGODÃO, TIPO: SILVER TAPE, LARGURA: 45 MM, COMPRIMENTO: 25 M, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS: ALTA ADESÃO E É RESISTENTE À ÁGUA.	485169	UN	12	24,47	293,64
19	FITA DE SOLO AMARELA 30M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M.	467603	UN	20	41,82	836,40
20	FITA DE SOLO VERMELHA 30M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M	467603	UN	20	49,22	984,40
21	POSTE FLEXÍVEL 75CM: NA COR LARANJA EM POLIURETANO (PU) E RESISTENTE A INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, COM 3 FAIXAS REFLEXIVAS BRANCAS DO TIPO PRISMÁTICO, ALTURA ENTRE 75 E 110 CM, PESO DE APROXIMADAMENTE 1,2 KG, DIÂMETRO DO POSTE DE 10 CM, DIÂMETRO DA BASE 20 CM, BASE CONTER 3 FUROS PARA FIXAÇÃO PARA 3 PARAFUSOS CHUMBADORES.	405986	UN	150	145,47	21.820,50
22	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL BVDR VDO. CAIXA COM 10 UNIDADES	316825	UN	10	427,27	4.272,70
23	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL FIP SPY 32. CAIXA COM 2 UNIDADES	316825	UN	10	46,98	469,80
24	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	363468	UN	10	41,38	413,80
25	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 180 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	363469	UN	10	53,96	539,60
26	TRENA COM RODA DE 1000M, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO RODA: 31,83, ALCANCE: ATÉ 9.999,9, TIPO: RODA ANALÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM METRO, DECÍMETRO, PRECISÃO: 5	603904	UN	10	722,04	7.220,40
	TRENA METÁLICA 10M. FITA DE AÇO, LARGURA LÂMINA: 25, MODELO: ACABAMENTO EMBORRACHADO CONTÉM ALÇA					

27	DE PUNHO E PRE, COMPRIMENTO: 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM CENTÍMETRO, MILÍMETRO E POLEGADAS.	393217	UN	46	42,40	1.950,40
28	DISCO MAGNÉTICO MODELO: EXTERNO/PORTÁTIL, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DADOS, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400, INTERFACE: USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB/COMPATÍVEL COM WINDOWS, VISTA 7 E LINUX, ALIMENTAÇÃO: 110 A 240, MEMÓRIA: 1TB	606881	UN	15	567,09	8.506,35
29	ADAPTADOR APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CONEXÃO: VGA MACHO X HDMI FEMEA	478027	UN	50	67,98	3.399,00
30	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMOVANÁDIO, COMPONENTES: CHAVE FENDA 6X38MM, CHAVE FENDA 5 X 75MM, CHAVE FE, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO/ ELETRÔNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 18, TIPO: PHILIPS/ FENDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA MAGNETIZADA, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO	459175	JOGO	2	125,07	250,14
31	ALICATE PARA CLIMPAR TIPO CORTE: TRIPLO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, APLICAÇÃO: CONECTORES RJ09 / RJ11 / RJ45 CATEGORIA 5 E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO CORTE DECAPE /SISTEMA DE CATRACA, TIPO CABO: ISOLADO	331040	UN	2	364,18	728,36
32	LOCALIZADOR DE CABOS, REFERÊNCIA: GHI 500, COMPONENTES: GERADOR DE TOM GTS 500 E PONTEIRA INDUTIVA GHI 500, APLICAÇÃO: CABO UTP 4 PARES E DE TELEFONIA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOMPANHA UM ESTOJO E DUAS BATERIAS INSTALADAS, TENSÃO NOMINAL: BIVOLT	431033	UN	2	143,74	287,48
33	CONECTOR TELEFÔNICO MODELO: RJ-45, TIPO: MACHO PACOTE COM 100 UND	375963	PCT 100 UN	1	77,35	77,35
34	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMOVANÁDIO, COMPONENTES: T7, T8, T9, T10, T15, T20, T25, T30, T40, T45, T50, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 12, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA: FOSFATIZADO, TIPO: TORX, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	289849	JOGO C/12 Pç	1	92,90	92,90
35	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS USO: INSTALAÇÃO DE REDE, TIPO 1: ALICATE PUNCH DOWN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2: LÂMINA TIPO 110, CONTROLE DE IMPACTO AJUSTÁVEL, PADRÃO: MANUAL	463252	UN	2	55,71	111,42
36	MATERIAL: NEODÍMIO (NDFEB), REVESTIDO EM NÍQUEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA DE TRAÇÃO: 540G; GRADE MAGNÉTICA: N35, COMPRIMENTO: 3, DIÂMETRO: 5, FORMATO: CILÍNDRICO	442714	UN	2	14,11	28,22
37	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA, MATERIAL POLIETILENO, COM TAMPA FECHADA, ALÇAS ARTICULADA NAS LATERAIS, ALÇA TELESCÓPICA, CAPACIDADE APROXIMADA 95L - ALTURA 46 CM - LARGURA 44,5 CM - COMPRIMENTO 95 CM.	472719	UN	1	1.763,04	1.763,04
38	GRAMPEADOR MANUAL DE METAL, PARA MARCENEIRO /TAPECEIRO, GRAMPOS DE 4-8MM	440632	UN	1	111,78	111,78
39	SUORTE VEICULAR PARA SMARTPHONE TIPO GARRA COM VENTOSA, ELG PRETO - BASE DE VENTOSA DE SILICONE QUE SE FIXA EM DIVERSOS MATERIAIS; - AJUSTÁVEL EM ALTURA, PROFUNDIDADE, DIREÇÃO, INCLINAÇÃO E ÂNGULO; - NÃO NECESSITA DE ADESIVOS OU IMÃS PARA FIXAÇÃO; - POSSUI HASTE AJUSTÁVEL PARA DIREÇÃO E POSIÇÃO DO EQUIPAMENTO; - LARGURA MÁXIMA DAS	602598	UN	10	25,48	254,80

	ALETAS DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PELO MENOS 10 CM; - TRAVA PARA FIXAÇÃO DA VENTOSA; - FIXAÇÃO DO CELULAR POR PRESSÃO DE TRAVAS AUTOMÁTICAS DE GRAVIDADE UNIVERSAL; E - ROTAÇÃO DO APARELHO EM ATÉ 360°.					
40	FITA IMPRESSORA REFERÊNCIA: YMCKO, MATERIAL: RIBBON DE CERA, TIPO IMPRESSORA 1: IMPRESSORA EVOLIS PEBBLE, DUALYS, SECURION E QUANT, COR: COLORIDA; 300 IMPRESSÕES; REFERÊNCIA R5F008AAA	433043	UN	5	344,96	1.724,80
41	PORTA RETRATOS MATERIAL MOLDURA: MADEIRA, MATERIAL FUNDO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NÃO APLICÁVEL, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA: POLIDO, LARGURA MOLDURA: 10, ALTURA MOLDURA: 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VIDRO PROTETOR TRANSPARENTE	218238	UN	20	46,17	923,40
42	BOLSA TRANSPORTE MODELO: TRANSPORTE TRIPÉ, MATERIAL: NYLON BALÍSTICO, DIMENSÕES: 90, COR: PRETA, APLICAÇÃO: TRANSPORTE EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEMI-MALEÁVEL, COM ALÇA	465487	UN	1	99,48	99,48
43	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR: PRETA, CAPACIDADE: 20 LITROS	609933	UN	1	43,20	43,20
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO R\$						110.255,28

(*) Estimativa inicial realizada pelo setor demandante extraído do DFD nº4 (7075482) e Mapa Comparativo (7228640)

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 50/2024.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que a substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da Proposta

1.6. As empresas licitantes deverão ofertar propostas, bem como cotar a quantidade, máxima, de 100 % (cem por cento) para cada item, conforme inciso IV da art. 82 da Lei 14.133/2021.

1.7. A cada requisição estima-se que a Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, solicitará no mínimo os quantitativos indicados no subitem 6.4.6. do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 50/2024 ou a requisição máxima.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
01	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, MATERIA PRIMA:100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT, GRAMATURA 1:CERCA DE 30 G /M2, DIMENSOES:CERCA DE 70 CM X 50 M, APRESENTAÇÃO EM ROLO	UN	10	100
02	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA 200 FOLHAS, TAMANHO: 21X22 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADO. PACOTE COM 200 UND	PCT	10	100

03	SABÃO PÓ; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL E ROUPAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL COM AMACIANTE. CAIXA COM 1 KG	CAIXA	10	100
04	JOGO DE 12 DIVISÓRIAS PARA FICHÁRIO - COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO - TAMANHO A4 - FURAÇÃO UNIVERSAL - FEITA EM POLIPROPILENO MATERIAL LEVE, ATÓXICO - RESISTENTE E 100% RECICLÁVEL - ACOMPANHA ÍNDICES COLORIDOS PERSONALIZÁVEIS PARA IDENTIFICAÇÃO	UN	15	150
05	POLIDOR LÍQUIDO DE METAIS, COR BRANCA AMARELADO. COMPOSIÇÃO: AGENTES DE POLÍMERO, SOLVENTE DE PETRÓLEO, OLEÍNA, SILICATO DE ALUMÍNIO, AMÔNIA. FRASCO DE 200ML. SIMILAR AS MARCAS BRASSO, KAOL, SILVO OU DE MELHOR QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.	UN	03	10
06	CARTÃO DE PROXIMIDADE DE ACESSO COM CHIP PARA CONFEÇÃO DE CRACHÁ COM ACESSO A CATRACAS MEDIDAS 53,8 X 85,5 MM. PACOTE COM 100 UND	PCT	01	10
07	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% FIBRAS CELULÓSICAS TIPO FOLHA: DUPLA PICOTADA COMPRIMENTO: 22 CM LARGURA: 20 CM COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GOFRADO, PACOTE COM 2 BOBINAS DE 60 FOLHAS CADA.	PCT	20	200
08	ESPONJA DE LIMPEZA MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO FORMATO: RETANGULAR APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM LARGURA MÍNIMA: 50 MM PACOTE COM 8 UNIDADES	PCT	30	300
09	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL- 4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315C, COR CIANO, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	UN	02	10
10	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL- 4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315M, COR MAGENTA, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	UN	01	04
11	CADEADO EM LATÃO MACIÇO, HASTE: AÇO INOXIDÁVEL ALTURA: 69 MM LARGURA: 50 MM QUANTIDADE PINOS: 16 UM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVE TIPO TETRA E TRAVA DUPLA	UN	05	50
12	VÁLVULA PARA BORRIFADOR/PULVERIZADOR COMPATÍVEL COM GARRAFAS DE BOCA DE ROSCA 28, COM O PESCADOR DE 25CM MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR	UN	20	200
13	TRAVESSEIRO; MATERIAL: ESPUMA SINTÉTICA; REVESTIMENTO: 100% ALGODÃO; COMPRIMENTO: 0,50 M; LARGURA: 0,70 M, DENSIDADE: 20, COR: BRANCA	UN	10	60

14	BANDEIRA-INSÍGNIA DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, DE DOIS PANOS (TIPO 2), TAMANHO RETANGULAR, CUJO LADO MAIOR É UMA VEZ E MEIA O MENOR; FARPADA, TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO) NA COR AMARELA DA BANDEIRA NACIONAL, COM VINTE E UMA ESTRELAS AZUIS DISPOSTAS EM CRUZ, SENDO CINCO EM CADA RAMO E UMA NO CENTRO, TENDO AO CENTRO DO QUADRILÁTERO SUPERIOR ESQUERDO A ESTRELA DAS ARMAS NACIONAIS, BORDADO, REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA COM DOIS ILHOSES METÁLICOS, MEDINDO 0,90 CM X 1,28 CM, CONFORME PROJETO.	UN	01	10
15	BANDEIRA NACIONAL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. AMARRAS DE CADARÇO DE ALGODÃO NAS BANDEIRAS DE MEIO PANO E ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO NAS BANDEIRAS DE 2 A 6 PANOS, DE ACORDO COM O ANEXO DA LEI 8.421/92	UN	01	10
16	BANDEIRA DO MERCOSUL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO, COSTURA REFORÇADA NOS CANTOS PARA FIXAÇÃO.	UN	01	10
17	CAIXA ELÉTRICA EM ABS ANTICHAMA NO PADRÃO NBR 147136, COM 02 (DUAS) TOMADAS ELÉTRICAS PRETAS PADRÃO NBR 14136; 01 (UMA) TOMADA ELÉTRICA VERMELHA PADRÃO NBR 14136; COM 05 (CINCO) VIAS DE CONECTOR ELÉTRICO TIPO BORNE (CADA TOMADA COMPORTA ATÉ 350 VA DE POTÊNCIA; DIMENSÕES: LARGURA 35MM, COMPRIMENTO 290MM E ALTURA 50MM. CARACTERÍSTICAS: COMPORTA ATÉ 02 (DOIS) CONECTORES RJ45 FÊMEA TIPO KEYSTONE, SAÍDA DOS CABOS LÓGICOS PELA LATERAL OU PELA PARTE INFERIOR. REFERÊNCIA: EXA-320 PROLUCE OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	UN	05	50
18	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIETILENO E TECIDO LAMINADO DE ALGODÃO, TIPO: SILVER TAPE, LARGURA: 45 MM, COMPRIMENTO: 25 M, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS: ALTA ADESÃO E É RESISTENTE À ÁGUA.	UN	03	12
19	FITA DE SOLO AMARELA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS	UN	02	20

	INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M.			
20	FITA DE SOLO VERMELHA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M	UN	02	20
21	POSTE FLEXÍVEL 75 CM: NA COR LARANJA EM POLIURETANO (PU) E RESISTENTE A INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, COM 3 FAIXAS REFLEXIVAS BRANCAS DO TIPO PRISMÁTICO, ALTURA ENTRE 75 E 110 CM, PESO DE APROXIMADAMENTE 1,2 KG, DIÂMETRO DO POSTE DE 10 CM, DIÂMETRO DA BASE 20 CM, BASE CONTER 3 FUROS PARA FIXAÇÃO PARA 3 PARAFUSOS CHUMBADORES.	UN	15	150
22	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL BVDR VDO. CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	01	10
23	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL FIP SPY 32. CAIXA COM 2 UNIDADES	UN	01	10
24	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	01	10
25	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 180 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	01	10
26	TRENA COM RODA DE 1000M, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO RODA: 31,83, ALCANCE: ATÉ 9.999,9, TIPO: RODA ANALÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM METRO, DECÍMETRO, PRECISÃO: 5	UN	01	10
27	TRENA METÁLICA 10M. FITA DE AÇO, LARGURA LÂMINA: 25, MODELO: ACABAMENTO EMBORRACHADO CONTÉM ALÇA DE PUNHO E PRE, COMPRIMENTO: 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM CENTÍMETRO, MILÍMETRO E POLEGADAS.	UN	05	46
28	DISCO MAGNÉTICO MODELO: EXTERNO/PORTÁTIL, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DADOS, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400, INTERFACE: USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB /COMPATÍVEL COM WINDOWS, VISTA 7 E LINUX, ALIMENTAÇÃO: 110 A 240, MEMÓRIA: 1TB	UN	02	15
29	ADAPTADOR APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CONEXÃO: VGA MACHO X HDMI FEMEA	UN	05	50

30	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: CHAVE FENDA 6X38MM, CHAVE FENDA 5 X 75MM, CHAVE FE, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO / ELETRÔNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 18, TIPO: PHILIPS / FENDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA MAGNETIZADA, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO	JOGO	01	02
31	ALICATE PARA CLIMPAR TIPO CORTE: TRIPLO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, APLICAÇÃO: CONECTORES RJ09 / RJ11 / RJ45 CATEGORIA 5E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO CORTE DECAPE /SISTEMA DE CATRACA, TIPO CABO: ISOLADO	UN	01	02
32	LOCALIZADOR DE CABOS, REFERÊNCIA: GHI 500 MARCA SPARTECC TELECOM, COMPONENTES: GERADOR DE TOM GTS 500 E PONTEIRA INDUTIVA GHI 500, APLICAÇÃO: CABO UTP 4 PARES E DE TELEFONIA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOMPANHA UM ESTOJO E DUAS BATERIAS INSTALADAS, TENSÃO NOMINAL: BIVOLT	UN	01	02
33	CONECTOR TELEFÔNICO MODELO: RJ-45, TIPO: MACHO PACOTE COM 100 UND	PCT 100 UN	01	01
34	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: T7, T8, T9, T10, T15, T20, T25, T30, T40, T45, T50, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 12, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA: FOSFATIZADO, TIPO: TORX, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	JOGO C/ 12 Pç	01	01
35	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS USO: INSTALAÇÃO DE REDE, TIPO 1: ALICATE PUNCH DOWN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2: LÂMINA TIPO 110, CONTROLE DE IMPACTO AJUSTÁVEL, PADRÃO: MANUAL	UN	01	02
36	MATERIAL: NEODÍMIO (NDFEB), REVESTIDO EM NÍQUEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA DE TRAÇÃO: 540G; GRADE MAGNÉTICA: N35, COMPRIMENTO: 3, DIÂMETRO: 5, FORMATO: CILÍNDRICO	UN	01	02
37	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA, MATERIAL POLIETILENO, COM TAMPA FECHADA, ALÇAS ARTICULADA NAS LATERAIS, ALÇA TELESCÓPICA, CAPACIDADE APROXIMADA 95L - ALTURA 46 CM - LARGURA 44,5 CM - COMPRIMENTO 95 CM.	UN	01	01
38	GRAMPEADOR MANUAL DE METAL, PARA MARCENEIRO/TAPECEIRO, GRAMPOS DE 4-8MM	UN	01	01
39	SUPORTE VEICULAR PARA SMARTPHONE TIPO GARRA COM VENTOSA, ELG PRETO - BASE DE VENTOSA DE SILICONE QUE SE FIXA EM DIVERSOS MATERIAIS; - AJUSTÁVEL EM ALTURA, PROFUNDIDADE, DIREÇÃO, INCLINAÇÃO E ÂNGULO; - NÃO NECESSITA DE ADESIVOS OU IMÃS PARA FIXAÇÃO; - POSSUI HASTE AJUSTÁVEL PARA DIREÇÃO E POSIÇÃO DO EQUIPAMENTO; - LARGURA MÁXIMA DAS ALETAS DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE	UN	02	10

	PELO MENOS 10 CM; - TRAVA PARA FIXAÇÃO DA VENTOSA; - FIXAÇÃO DO CELULAR POR PRESSÃO DE TRAVAS AUTOMÁTICAS DE GRAVIDADE UNIVERSAL; E - ROTAÇÃO DO APARELHO EM ATÉ 360°.			
40	FITA IMPRESSORA REFERÊNCIA: YMCKO, MATERIAL: RIBBON DE CERA, TIPO IMPRESSORA 1: IMPRESSORA EVOLIS PEBBLE, DUALYS, SECURION E QUANT, COR: COLORIDA; 300 IMPRESSÕES; REFERÊNCIA R5F008AAA	UN	01	05
41	PORTA RETRATOS MATERIAL MOLDURA: MADEIRA, MATERIAL FUNDO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NÃO APLICÁVEL, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA: POLIDO, LARGURA MOLDURA: 10, ALTURA MOLDURA: 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VIDRO PROTETOR TRANSPARENTE	UN	02	20
42	BOLSA TRANSPORTE MODELO: TRANSPORTE TRIPÉ, MATERIAL: NYLON BALÍSTICO, DIMENSÕES: 90, COR: PRETA, APLICAÇÃO: TRANSPORTE EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEMI-MALEÁVEL, COM ALÇA	UN	01	01
43	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR: PRETA, CAPACIDADE: 20 LITROS	UN	01	01

1.8. Ressalta-se ainda, que a previsão de requisição mínima e máxima não tem o condão de restringir ou limitar à competitividade, mas indicar as capacidades que os licitantes devem possuir para atendimento da demanda, uma vez que, para entregas, é necessário que os licitantes considerem todos os custos envolvidos no preço de cada item.

Adesão a Ata de Registro de Preços

1.9. Durante a vigência da Ata, outros órgãos e as entidades da Administração Pública poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante.

1.9.1. O Estudo Técnico Preliminar Digital nº 50/2024 no subitem 4.5. e a Ata de Registro de Preços balizará demais informações para os órgãos e as entidades da Administração Pública não participante.

1.10. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio Portal de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes neste artefato, prevalecerão as últimas.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares Digital nº 50/2024, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

III) Id do item no PCA: 1966 a 2015;

IV) Classe/Grupo:

7510 - Artigos para escritório;

7030 - Equipamentos de armazenamento de dados;

9160 - Ceras, óleos e gorduras diversos;

7920 - Vassouras, escovas, rodos, esponjas e esfregões;

7070 - Peças e acessórios para impressoras;

8115 - Caixas, caixotes e engradados;

7520 - Acessórios e dispositivos para escritório;

8135 - Materiais a granel para acondicionamento e embalagem;

7090 - Suprimentos de informática – TIC;

7210 - Utensílios domésticos;

3590 - Equipamentos diversos para serviços profissionais e comerciais;

5999 - Componentes elétricos e eletrônicos diversos;

4240 - Equipamento para segurança e salvamento;

6350 - Sistemas diversos de sinalização, alarme e detecção para segurança;

5836 - Equipamentos para gravação e reprodução de vídeo;

5210 - Instrumentos de medição para artífices;

5935 - Conectores elétricos;

7060 - Peças e acessórios para computadores;

6140 - Baterias recarregáveis;

7240 - Recipientes para uso doméstico e comercial;

5120 - Ferramentas manuais sem corte, não acionadas por força motriz;

5999 - Componentes elétricos e eletrônicos diversos;

5805 - Equipamento telefônico e telegráfico;

9330 - Artigos de plástico;

7290 - Utensílios comerciais e domésticos diversos;

9999 - Itens diversos;

7350 - Louça e artigos de mesa;

7360 - Jogos, conjuntos e equipamentos para preparar e servir alimentos;

7340 - Cutelaria e talheres;

8465 - Equipamentos individuais;

9905 - Cartazes, mostruários e placas de identificação;

8105 - Sacos e bolsas;

6750 - Suprimentos fotográficos.

V) Identificador da Futura Contratação: 110404-593/2024

2.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas

dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Entretanto, o PLS deste Ministério encontra-se em fase de elaboração por comissão específica.

2.3.1. De acordo com o art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, este artefato deve estar alinhado ao Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares digital nº 50/2024, apêndice I deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens/ produtos que estão enquadrados nas legislações e normas abaixo, os licitantes deverão apresentar os documentos que comprovem as regularidades exigidas.

4.1.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização estão enquadrados nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 13/2021, só será admitida a oferta do produto se o fabricante estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 /1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR /CGU /AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada - setembro/2023);

4.1.2.1. A conformidade com o solicitado no subitem supracitado se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta.

4.1.2.2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on-line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; ou

4.1.2.3. Na hipótese do licitante não for o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral, este deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.

4.1.2.4. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob penas da Lei.

4.1.3. Para os itens que precisam da Etiqueta, nos termos das Portarias INMETRO, que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória, mediante comprovação por declaração da licitante no ato da entrega da proposta.

4.1.3.1. Também serão aceitas certificações equivalentes, como as emitidas por entidades com as quais o Inmetro mantém acordo de reconhecimento mútuo. Em conformidade com o descrito na página 308, Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023, vide Acórdão 337/2021-TCU-Plenário.

4.1.4. Para os itens que estão enquadrados na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04 /2005, e legislação correlata, mediante comprovação por declaração da licitante no ato da entrega da proposta.

4.1.5. Para os itens que precisam de notificação/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.

4.1.6. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

4.1.6.1. Identificar existência de novas metodologias, soluções ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, com menor impacto ambiental negativo no uso de produtos e serviços, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

4.1.6.2. Demonstrar os resultados pretendidos e alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como de melhoria da qualidade de produtos/serviços oferecidos à Administração.

4.1.6.3. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.1.6.4. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.6.5. Oferecer ao mercado produtos e serviços sustentáveis, como regra geral.

4.1.6.6. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

4.1.6.7. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e outros recursos naturais;

4.1.6.8. Reduzir o consumo e evitar desperdício de materiais;

4.1.6.9. Maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e equipamentos e estímulo de serviços sustentáveis;

4.1.6.10. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.6.11. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.6.12. Considerar medidas para minimizar a geração de resíduos e rejeitos decorrentes das aquisições e prever sua destinação ambiental adequada (Coleta Seletiva adequada);

4.1.7. A CONTRATADA poderá comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (Acórdão nº. 508/2013 – TCU Plenário; Acórdão nº. 2.403/2012 – TCU – Plenário e Acórdão nº. 1.929/2013 – TCU – Plenário);

4.1.8. Todos os documentos apresentados devem estar VÁLIDOS e LEGÍVEIS, sob pena de não aceitação da proposta (desclassificação).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares Digital nº 50/2024:

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.3.1. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido sua baixa complexidade. Além do pagamento que acontecerá somente após o recebimento definitivo do objeto.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco "O" - CEP 70052-900 – Brasília – DF

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

- 6.6. A execução do instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) pelo setor requisitante, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. Não se aplica ao objeto desta licitação, devido ser emitida apenas Nota de Empenho - NE para o fornecedor, após a finalização do pregão SRP que resultará numa ATA de Registro de Preço.

Fiscalização Administrativa

- 6.8. Não se aplica ao objeto desta licitação, devido ser emitida apenas Nota de Empenho - NE para o fornecedor, após a finalização do pregão SRP que resultará numa ATA de Registro de Preço.

Gestor do Contrato

- 6.9. Não se aplica ao objeto desta licitação, devido ser emitida apenas Nota de Empenho - NE para o fornecedor, após a finalização do pregão SRP que resultará numa ATA de Registro de Preço.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preço, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Contato Subtenente Marcos Luís Costa Honorato - Chefe da Seção de Gestão de Almoxarifado, Telefone (61) 3312-4359 - e-mail marcos.honorato@defesa.gov.br.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da licitação.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice de Preços no Consumidor - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. Não se aplica ao objeto desta licitação.

Cessão de crédito

7.25. Não será permitida.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

8.2.1. A entrega do objeto será integral a partir da emissão de cada nota de empenho para o fornecedor.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Certifica-se que a verificação quando ao enquadramento de licitantes na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será realizado pelo pregoeiro e equipe de apoio durante a realização do certame.

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 (dez)% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Apresentação de atestado, comprovando o fornecimento de quantitativos mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para os itens deste instrumento, (Em conformidade com os Acórdãos

nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União). Conforme a tabela abaixo

Itens	Documentação
9, 11, 15, 16, 21, 26 e 28.	Comprovação de capacidade de entrega dos itens, que comporem ao menos 30% da quantidade solicitada.

8.28.1.2. Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021 “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem **valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação** (art. 67, §1º) Grifo nosso.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 110.255,28

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 110.255,28 (cento e dez mil duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1.

9.2. Tratando-se de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001 (Administração da Unidade);

IV) Elemento de Despesa: ND 33.90.30;

V) Programa de Trabalho: PTRES 185213;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Necessidade de Classificação

11.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, disciplina que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consiste no repositório centralizado e obrigatório dos atos inerentes às contratações públicas, prevendo especialmente:

"Art. 174. § 2º O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:

III - (...) avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;"

11.2. Face ao exposto, consta no item 15 do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 50/2024, apêndice deste instrumento, não haver necessidade de classificação de grau, prazos, informações ou valores sigilosos.

11.3. Em observação a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, e em atendimento ao art.10 da IN nº 81/2022.

"Art. 10. Ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011."

12. CLÁUSULAS REGULAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12. CLÁUSULAS DE REGULAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

São as cláusulas que costumeiramente constam apenas na minuta de termo de contrato e que são necessárias para melhor regulamentação dessa aquisição.

12.1. REAJUSTE (art. 92, V):

12.1.1. Os preços inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/06/2024.

12.1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Licitante vencedor, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela ACMD, do índice IPCA (de acordo com subitem 7.19 deste TR), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a ACMD pagará ao Licitante vencedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.2. OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA DEFESA (art. 92, X, XI e XIV):

12.2.1. São obrigações da ACMD:

12.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Licitante vencedor, de acordo com o edital e seus anexos;

12.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.2.4. Notificar o Licitante vencedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/ instrumento hábil e o cumprimento das obrigações pelo Licitante vencedor;

12.2.6. Efetuar o pagamento ao Licitante vencedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

12.2.7. Aplicar ao Licitante vencedor as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

12.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Licitante vencedor;

12.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução de cada aquisição, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.2.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Licitante vencedor no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

12.2.12. Quando exigidas, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Licitante vencedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato/ instrumento hábil, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Licitante vencedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.3.1. O Licitante vencedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.3.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.3.4. Comunicar a ACMD, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo requisitante da aquisição (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.3.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo requisitante da aquisição, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela ACMD, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a ACMD deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato/ instrumento hábil, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Licitante vencedor e não poderá onerar o objeto do contrato/ instrumento hábil;

12.3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato/ instrumento hábil, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.3.11. Paralisar, por determinação da ACMD, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.3.12. Manter durante toda a vigência do contrato/ instrumento hábil, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.3.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato/ instrumento hábil, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.3.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato/ instrumento hábil, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato/ instrumento hábil;

12.3.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.3.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da ACMD;

12.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o Licitante vencedor, ainda que sob vinculação por termo substitutivo, como a nota de empenho, que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato/ instrumento hábil;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato/ instrumento hábil que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato/ instrumento hábil;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato/ instrumento hábil;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato/ instrumento hábil;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4.2. Serão aplicadas ao Licitante vencedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.1. O atraso superior ao definido no item anterior autoriza a Administração a aplicar o item 5 deste inciso de multa.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.4.1, de 25% do valor da Contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.4.1, de 20% do valor da Contratação.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.4.1, a multa será de 10% do valor da Contratação.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.4.1, a multa será de 10% do valor da Contratação.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.4.1, a multa será de 2% do valor da Contratação.

12.4.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a ACMD (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela ACMD ao Licitante vencedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante vencedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a ACMD;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.4.7. A personalidade jurídica do Licitante vencedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Licitante vencedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.8. A ACMD deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.4.10. Os débitos do Licitante vencedor para com a ACMD, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o Licitante vencedor possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.5. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.5.1. Os casos omissos serão decididos pela ACMD, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.6. FORO (art. 92, §1º)

12.6.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução da contratação que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

13. APÊNDICE

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar Digital - ETP Digital nº 50/2024

Observação: O modelo utilizado foi o disponibilizado no site da AGU conforme o link:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-parapregao-e-concorrencia>

Ressaltasse que na confecção do documento ao utilizar a ferramenta do compras.gov o sistema gera automaticamente um rodapé com informação de uma versão anterior, devido ao fato do sistema ainda não ter sido atualizado para a última versão.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: dezembro/2023

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 3194, DE 28 DE JUNHO DE 2024

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

Integrante Administrativa - EPC



Assinou eletronicamente em 15/10/2024 às 09:51:41.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 3194, de 28 de junho de 2024

MARCOS LUIS COSTA HONORATO

Integrante Requisitante - EPC



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 11:07:01.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 3194, de 28 de junho de 2024

WAGNER DE SOUZA COUTINHO

Integrante Técnico - EPC



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 14:37:11.

ROSA MARIA DA SILVA CARNEIRO

Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 12:11:03.

GUILHERME LOURO BRAGA

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais - DESEG



Assinou eletronicamente em 15/10/2024 às 14:07:34.

WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR

Ordenador de Despesas



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 15:49:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP50_2024.pdf (445.03 KB)

Anexo I - ETP50_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 50/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.000694/2024-69

2. Descrição da necessidade

2.1 O presente processo tem por objetivo a aquisição de material de consumo para atender as necessidades requisitadas pelas Unidades Organizacionais da Administração Central do Ministério da Defesa, compiladas dos Documento de Formalização da Demanda Digitais do Projeto 90363 /2023 (7126735), de acordo com o Calendário de Licitações 2024, anexo ao Ofício Circular nº 1302 /SEORI/SG-MD (6717211). Conforme prever a IN SEORI/SG-MD nº 8, de 26 de janeiro de 2023.

2.2. Este estudo tem por objetivo identificar e analisar os meios inexoráveis para melhor atendimento das necessidades deste Órgão, visando atendimento ao mais eficaz e efetivo planejamento preliminar de uma contratação, baseando-se essencialmente pela segurança jurídica da contratação, como também assegurar a viabilidade técnica e econômica da mesma, e por fim concluir com argumentos objetivos o embasamento do Termo de Referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, da Instrução Normativa SLTI /MPDG/SG nº 5/2017 e demais legislações pertinentes ao assunto.

2.2.1. Os objetos da presente aquisição são bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

2.3. Visa também cumprir a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEORI/SG-MD Nº 2, DE 08 DE JANEIRO DE 2024, que estabelece procedimentos e orientações sobre a disponibilização de processos administrativos destinados à aquisição de bens, à contratação de serviços e à execução de contratos administrativos no Módulo de Pesquisa Pública do Sistema Eletrônico de Informações - SEI da administração central do Ministério da Defesa.

2.4. A justificativa para a demanda de cada itens tem as seguintes informações, conforme descritas no Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 4/ALMOX/COPAL MD/GESEP/DESEG /SEORI/SG-MD (7075482)

2.4.1. **Itens 1 a 17 (Almoxarifado)** - Responsável pela demanda: MARCOS LUÍS COSTA HONORATO - S Ten - Telefone: 3312-8697. Consolidado do DFD-e nº 17/2023.

2.4.1.1. A presente demanda tem por objetivo melhor atender as necessidades geradas pelas solicitações dos diversos setores da Administração Central do Ministério da Defesa, na realização das suas tarefas administrativas diárias, de forma a não ocorrer descontinuidade nas atividades e manter o estoque existente no Almoxarifado.

2.4.2. **Item 18 (SEGEp)** - Responsável pela demanda: ADELAR NUNES SAUCEDO - Telefone: 3312-5649. Consolidado do DFD-e nº 17/2023.

2.4.2.1. O material será utilizado em reparos e manutenção em geral na seção de gestão do patrimônio, como manutenção dos condutores de ar condicionado e ventilação.

2.4.3. Itens 19 ao 21 (COSEG) - Responsável pela demanda: WAGNER PEREIRA DAS MERCÊS - Telefone: 3312-4228. Consolidado do DFD-e nº 17/2023.

2.4.3.1. O material será utilizado na marcação de faixas de segurança e sinalização dos locais como solos, vidros e portas na ACDM.

2.4.4. Itens 22 ao 25 (COSER) Responsável pela demanda: ONIVALDO DE FATIMA ROCHA - Telefone: 3312-4279. Consolidado do DFD-e nº 17/2023.

2.4.4.1. O material será utilizado para monitorar o deslocamento dos veículos da Seção de Gerenciamento de Frota e fiscalizar a atuação dos motoristas durante percurso, para registrar a velocidade, a quilometragem e o tempo de parada.

2.4.5. Itens 26 a 29 (DPCN) - Responsável pela demanda: REINALDO SILVA AGUIAR- Telefone: 3312-5117. Consolidado do DFD-e nº 41e 295/2023.

2.4.5.1. A presente demanda de aquisição tem por finalidade a substituição de materiais desgastados pelo uso do tempo, e para melhor atendimento e acomodação do público interno e melhoria da qualidade de trabalho do Departamento do Programa Calha Norte DPCN.

2.4.6. Itens 30 a 35 (CHOC) - Responsável pela demanda: ALAOR HENRIQUE DA SILVA DISPERATTI – 3S - Telefone: 3312-4662. Consolidado do DFD-e nº 309/2023

2.4.6.1.- DFD 309/2023 itens 1 a 6: O planejamento de aquisição levou em consideração as necessidades para atendimento das demandas de manutenção nos equipamentos do Centro de dados (racks, roteadores, servidores e switches) da Rede Operacional de Defesa (ROD,) localizado no 5º Andar;

2.4.7. Itens 36 (CHOC) - Responsável pela demanda: FABIO EUGÊNIO PRESTES BRAZ – S Ten - Telefone: 3312-8621. Consolidado do DFD-e 320/2023.

2.4.7.1.- DFD 320/2023 item 10: A aquisição é necessária porque, atualmente, a recém-criada Seção de Defesa Cibernética e Guerra Eletrônica (SC-1.1) não possui o material necessário para executar os trabalhos atinentes à função. O material será utilizado na estruturação do sistema de monitoramento e conferências relacionados ao tema da Seção, trabalhando em prol de toda a estrutura de Comando e Controle.

2.4.8. Itens 37 a 39 (SAAD) - Responsável pela demanda: JEFFERSON GONZAGA DA CRUZ - Cb - Telefone: 3312-4968. Consolidado do DFD-e nº 311 e 357/2023.

2.4.8.1. - DFD 311/2023 item 2: A aquisição da Caixa térmica plástica será para substituição do atual equipamento que se encontra com defeitos. Este material é muito necessário para o condicionamento da comissária em viagens oficiais do Senhor Ministro da Defesa e comitiva. (6950235);

2.4.8.2. - DFD 357/2023 item 4: A aquisição do Grampeador para marceneiro /tapeceiro, usado em todas as atividades de tiro da Segurança Pessoal, sendo imprescindível sua aquisição;

2.4.8.3. - DFD 357/2023 item 6: A aquisição do Suporte veicular para smartphone com garra tipo ventosa. Este acessório é muito útil em deslocamentos automotores, pois frequentemente os condutores necessitam se dirigir para destinos desconhecidos, sendo utilizados os aplicativos de navegação por GPS instalados nos dispositivos móveis.

2.4.9. **Itens 40 (AIDEF)** - Responsável pela demanda: MARCELO DE OLIVEIRA DA SILVA – SO - Telefone: 3312-9153. Consolidado do DFD-e nº 93.

2.4.9.1. - DFD 93/2023 item 1: A aquisição da Fita RIBBON se justifica em virtude da necessidade de confecção das Credenciais de Segurança (Crachás) para os servidores civis e militares que tenham a necessidade de Acesso a documentação sigilosa nos diversos níveis;

2.4.10. **Itens 41 (AIDEF)** - Responsável pela demanda: ANTONIO CARLOS CELESTINO DOS SANTOS – SO. Consolidado do DFD-e nº 622/2023.

2.4.10.1.- DFD 622/2023 item 1: A aquisição dos Porta Retratos se justifica em virtude da necessidade de suporte físico aos registros fotográficos das reuniões Bilaterais com países envolvidos.

2.4.11. **Item 42 (DESAS)** - Responsável pela demanda: BRENER SILVIO TAVORA DA ROSA - SC - Telefone: 3312-5302. Consolidado do DFD-e nº 571/2023.

2.4.11.1.A presente demanda de aquisição tem por finalidade o transporte de banner para eventos coordenados por este Departamento, sem que o mesmo seja danificado.

2.4.13. **Item 43 (EMCFA)** - Responsável pela demanda: FÁBIO CÂNDIDO DA SILVA - SO - Telefone: 3312-9192. Consolidado do DFD-e nº 143/2023.

2.4.13.1. A presente demanda de aquisição tem por finalidade o apoio e transporte de materiais nas diversas reuniões coordenadas pela APAC.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO E SERVIÇOS - COPAS	ROSA MARIA DA SILVA CARNEIRO - SC

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os bens enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

4.2. A descrição dos requisitos necessários e suficientes para a escolha da solução, trata-se da aquisição de materiais para compor a demanda deste Ministério da Defesa – MD, onde o processo será adquirido na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preço, na forma eletrônica, com fulcro no Decreto nº 11.462, de 31 Mar 23.

4.3. Os materiais objeto da aquisição devem ser entregues no prazo de até 30 dias da notificação do empenho ao fornecedor, em remessa única, no endereço indicado no Edital (Esplanada dos Ministérios, Bloco O, Anexo I – Sala 044 – CEP 70052-900 – Brasília – DF), dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT e descrições complementares contidas nos adendos presentes em alguns itens.

4.4. Os itens desta aquisição, até o presente momento, não estão contemplados no Cadastro Eletrônico de Padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. Sendo assim deverá ser utilizado o modelo de termo de referência elaborado pela Advocacia-Geral da União e que as alterações sejam destacadas.

4.5. Será permitida a utilização da ata de registro de preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, atendendo ao disposto no Decreto nº 11.462 de 2023, Art. 31 e seus incisos. Tal possibilidade justifica-se, pois, as contratações da ACMD serão frequentes, e sua adjudicação ocorrerá por Item, podendo dessa forma atender também a outros órgãos interessados, desde que a adesão seja aceita também pelo fornecedor, conforme preceitua o referido Decreto.

4.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para as aquisições pretendidas, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.7. Os requisitos indispensáveis do objeto a adquirir para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, estão dispostos na própria especificação técnica de cada um dos itens.

4.8. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem os critérios de sustentabilidade ambiental.

4.9. Critérios de legislação:

4.9.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.9.1.1. Para os itens/ produtos que estão enquadrados nas legislações e normas abaixo, os licitantes deverão apresentar os documentos que comprovem as regularidades exigidas.

4.9.1.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização estão enquadrados nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 13/2021, só será admitida a oferta do produto se o fabricante estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR /CGU /AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada - setembro/2023);

4.9.1.2.1. A conformidade com o solicitado no subitem supracitado se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta.

4.9.1.2.2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on-line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; ou

4.9.1.2.3. Na hipótese do licitante não for o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral, este deverá comprovar, como requisito de

aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.

4.9.1.2.4. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob penas da Lei.

4.9.1.3. Para os itens que precisam da Etiqueta, nos termos das Portarias INMETRO, que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória, mediante comprovação por declaração da licitante no ato da entrega da proposta.

4.9.1.3.1. Também serão aceitas certificações equivalentes, como as emitidas por entidades com as quais o Inmetro mantém acordo de reconhecimento mútuo. Em conformidade com o descrito na página 308, Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023, vide Acórdão 337/2021-TCU-Plenário.

4.9.1.4. Para os itens que estão enquadrados na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata, mediante comprovação por declaração da licitante no ato da entrega da proposta.

4.9.1.5. Para os itens que precisam de notificação/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.

4.10. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

4.10.1. Identificar existência de novas metodologias, soluções ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, com menor impacto ambiental negativo no uso de produtos e serviços, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

4.10.2. Demonstrar os resultados pretendidos e alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como de melhoria da qualidade de produtos/serviços oferecidos à Administração.

4.10.3. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.10.4. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.10.5. Oferecer ao mercado produtos e serviços sustentáveis, como regra geral.

4.10.6. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

4.10.7. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e outros recursos naturais;

4.10.8. Reduzir o consumo e evitar desperdício de materiais;

4.10.9. Maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e equipamentos e estímulo de serviços sustentáveis;

4.10.10. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.10.11. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.10.12. Considerar medidas para minimizar a geração de resíduos e rejeitos decorrentes das aquisições e prever sua destinação ambiental adequada (Coleta Seletiva adequada);

4.11. A CONTRATADA poderá comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (Acórdão nº. 508/2013 – TCU Plenário; Acórdão nº. 2.403/2012 – TCU – Plenário e Acórdão nº. 1.929/2013 – TCU – Plenário);

4.12. Todos os documentos apresentados devem estar VÁLIDOS e LEGÍVEIS, sob pena de não-aceitação da proposta(desclassificação).

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em análise comparativa de soluções de mercado, a equipe de planejamento da contratação visou elencar as alternativas possíveis de atendimento à demanda, considerando, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da aquisição. As soluções mercadológicas disponíveis, consolidada e amplamente utilizada é a venda de produtos por atacado ou varejo. Para atendimento da demanda, identificamos e analisamos as seguintes alternativas:

1ª Solução: Realização de contratação direta, a Dispensa de Licitação, baseada no art. 72 e inc. II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. Nesta situação, a referida Lei especifica o rol taxativo dos casos que poderá a licitação ser dispensável. No entanto, ainda que a situação se enquadre nesse rol, a contratação utilizaria quase o valor máximo anual permitido, conforme o Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023. A regra é LICITAR. No entanto, a administração pública deve avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação sem licitação. Porém, não seria a decisão mais adequada, uma vez que, a aquisição do material não é de grande urgência já que possui uma grande demanda e a previsão de emprego do material está definida para 01/08/2024.

2ª Solução: Realização da contratação buscando participar de um Sistema de Registro de Preço - SRP, como uma Unidade Gestora Participante. Nesta situação, em específico, não existe no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.NET os materiais correlatos que supram as necessidades deste órgão, tendo em vista a sua especificidade particular do objeto. Neste contexto, a solução em questão não é a mais viável e vantajosa devido à inexistência hoje de um Registro contemplando todas as necessidades do órgão.

3ª Solução: Realização da contratação por meio da adesão a Atas de Registro de Preço como Unidade Não Participante. Nesta situação, em específico, tendo em vista a sua especificidade particular do objeto, sendo difícil encontrar órgão que utilizem os referidos materiais com disponibilidade para adesão de todos os itens. Neste contexto, a solução em questão não é a mais viável e vantajosa, pois não há Ata vigente, o órgão não possui e não participa de nenhuma Ata ou Pregão que forneçam os materiais supramencionados objetos desta licitação.

4ª Solução: Realização de processo licitatório para suprir a demanda do órgão, com as especificidades particulares dos objetos e definidas por este instrumento, conjuntamente com o Termo de Referência e demais documentos necessários e suficientes para melhor atendimento da necessidade.

5.1.1. Considerando as soluções possíveis para atender à demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizadas por outras UASG's, no levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), acessado em 24 de junho de 2024, no seguinte endereço: <https://contratos.comprasnet.gov.br>.

br /transparencia, onde pode se observar que o objeto deste contratação é comum, sendo realizada através de pregões eletrônicos, como exemplificado abaixo:

5.1.2. Consultas realizadas:

ÓRGÃO	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	ETP DIGITAL (COMPRAS.GOV. BR)	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 – Comando do Exército	160402-6 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE - CMB	Pregão SRP – 06/2023	Nº 10/2023 (itens 130 e 149)	18/01/2024 17 /01/2024
24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	240137 CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE - CETENE	Pregão SRP – 05/2023	Nº 06/2023 (item 17)	17/11/2023 18 /11/2023
13000 – Ministério da Agricultura e Pecuária	130056 – S SUPERINT. FEDERAL DE AGRIC. PECUARIA E ABASTEC /MG/MAPA	Pregão SRP – 06/2023	Nº11/2023 (itens 15, 17, 37 e 38)	16/11/2023 16 /11/2024

5.1.3. Considera-se a 4ª Solução mais eficaz e eficiente para atendimento específico da demanda, adicionalmente, a vantagem da celeridade e economicidade processual proporcionadas, o que torna mais vantajosa técnica e economicamente a administração pública, bem como mais célere, se o processo for executado mediante processo licitatório do próprio Ministério da Defesa - MD.

5.2. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material comum, de acordo com o parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e os quantitativos a serem adquiridos são disponibilizados facilmente no mercado.

5.2.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda

5.3. Trata-se de compra dos materiais por meio da modalidade pregão. Não sendo necessário aplicar o caso de possibilidade de locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular, tendo em vista que se trata de aquisição de material comum; e

5.4. Não é possível considerar outras opções logísticas menos onerosas à administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas, tendo em vista o objeto ser aquisição de material comum, ou seja, trata-se de objeto e quantitativos a serem adquiridos que são disponibilizados facilmente no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo abrange Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição de materiais de consumo, para atender as necessidades do Ministério da Defesa – MD, conforme descrição da necessidade constante no item 2. deste ETP digital, na modalidade Pregão Eletrônico, através de Registro de Preço, com validade de 12 meses, comprando a administração a quantidade necessária para atender às suas demandas.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens, sem, contudo, esgotar o estudo, podendo ser objeto de futuro processo específico para manutenção de materiais da mesma natureza destes, hora propostos à licitação.

6.3. Qualificação Técnica

6.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

6.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos no Edital.

6.4. Do Pregão mediante Sistema de Registro de Preços:

6.4.1. Sugere-se a utilização do procedimento auxiliar denominado Sistema de Registro de Preço - SRP, instituído pela art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, como mecanismo ajustável a situação fática da aquisição, baseadas no consumo anual das unidades da ACMD, tendo como base as demandas registradas no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS e no planejamento anual de compras das Unidades Organizacionais (UORG) demandantes.

6.4.2. A Lei nº 14.133/2021 em seu art. 82, prescreve:

"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: I - As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - A quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - A possibilidade de prever preços diferentes:

- a. Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*
- b. Em razão da forma e do local de acondicionamento;*
- c. Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; e*
- d. Por outros motivos justificados no processo.*

IV - A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - O critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - As condições para alteração de preços registrados;

VII - O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - A vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - Quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;

II - No caso de alimento perecível; e

III - No caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - Realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - Seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - Desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - Atualização periódica dos preços registrados;

V - Definição do período de validade do registro de preços; e

VI - Inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

(...)

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante."

6.4.3. O Decreto nº 11.462/2023, regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP previsto no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, definindo:

"Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - Conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - Documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

(...)

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

*I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de **contratações** permanentes ou **frequentes**;*

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o §2º do art. 32; ou

V - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

6.4.4. Tendo em vista o histórico da demanda e compras anuais das Unidades Organizacionais (UORG) demandantes, justificadas por suas necessidades, para a presente aquisição e pelas características que a envolvem, há a necessidade de contratações frequentes e dificuldade operacionais física de estocagem da aquisição, por haver assim, conclui-se que seja adotado o SRP, conforme citação acima, no art. 3º inciso I.

6.4.5. A quantidade mínima de unidade a ser cotada pela licitada deverá ser de 100% da quantidade total demandada para cada item, de acordo com o Art. 82, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

6.4.6. A cada requisição estima-se que o Ministério da Defesa solicitará:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
01	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, MATERIA PRIMA: 100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT, GRAMATURA 1: CERCA DE 30 G/M2, DIMENSOES: CERCA DE 70 CM X 50 M, APRESENTAÇÃO EM ROLO	UN	10	100
02	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA 200 FOLHAS, TAMANHO: 21X22 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADO. PACOTE COM 200 UND	PCT	10	100
03	SABÃO PÓ; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL E ROUPAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL COM AMACIANTE. CAIXA COM 1 KG	CAIXA	10	100
04	JOGO DE 12 DIVISÓRIAS PARA FICHÁRIO - COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO - TAMANHO A4 - FURAÇÃO UNIVERSAL - FEITA EM POLIPROPILENO MATERIAL LEVE, ATÓXICO - RESISTENTE E 100% RECICLÁVEL - ACOMPANHA ÍNDICES COLORIDOS PERSONALIZÁVEIS PARA IDENTIFICAÇÃO	UN	15	150
05	POLIDOR LÍQUIDO DE METAIS, COR BRANCA AMARELADO. COMPOSIÇÃO: AGENTES DE POLÍMERO, SOLVENTE DE PETRÓLEO, OLEÍNA, SILICATO DE ALUMÍNIO, AMÔNIA. FRASCO DE 200ML. SIMILAR AS MARCAS BRASSO, KAOL, SILVO OU DE MELHOR QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.	UN	03	10
06	CARTÃO DE PROXIMIDADE DE ACESSO COM CHIP PARA CONFEÇÃO DE CRACHÁ COM ACESSO A CATRACAS MEDIDAS 53,8 X 85,5 MM. PACOTE COM 100 UND	PCT	01	10
07	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% FIBRAS CELULÓSICAS TIPO FOLHA: DUPLA PICOTADA COMPRIMENTO: 22 CM LARGURA: 20 CM COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GOFRADO, PACOTE COM 2 BOBINAS DE 60 FOLHAS CADA.	PCT	20	200
08	ESPONJA DE LIMPEZA MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO FORMATO: RETANGULAR APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM LARGURA MÍNIMA: 50 MM PACOTE COM 8 UNIDADES	PCT	30	300
	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315C, COR CIANO,			

09	CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	UN	02	10
10	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315M, COR MAGENTA, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	UN	01	04
11	CADEADO EM LATÃO MACIÇO, HASTE: AÇO INOXIDÁVEL ALTURA: 69 MM LARGURA: 50 MM QUANTIDADE PINOS: 16 UM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVE TIPO TETRA E TRAVA DUPLA	UN	05	50
12	VÁLVULA PARA BORRIFADOR/PULVERIZADOR COMPATÍVEL COM GARRAFAS DE BOCA DE ROSCA 28, COM O PESCADOR DE 25CM MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR	UN	20	200
13	TRAVESSEIRO; MATERIAL: ESPUMA SINTÉTICA; REVESTIMENTO: 100% ALGODÃO; COMPRIMENTO: 0,50 M; LARGURA: 0,70 M, DENSIDADE: 20, COR: BRANCA	UN	10	60
14	BANDEIRA-INSÍGNIA DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, DE DOIS PANOS (TIPO 2), TAMANHO RETANGULAR, CUJO LADO MAIOR É UMA VEZ E MEIA O MENOR; FARPADA, TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO) NA COR AMARELA DA BANDEIRA NACIONAL, COM VINTE E UMA ESTRELAS AZUIS DISPOSTAS EM CRUZ, SENDO CINCO EM CADA RAMO E UMA NO CENTRO, TENDO AO CENTRO DO QUADRILÁTERO SUPERIOR ESQUERDO A ESTRELA DAS ARMAS NACIONAIS, BORDADO, REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA COM DOIS ILHOSES METÁLICOS, MEDINDO 0,90 CM X 1,28 CM, CONFORME PROJETO.	UN	01	10
15	BANDEIRA NACIONAL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. AMARRAS DE CADARÇO DE ALGODÃO NAS BANDEIRAS DE MEIO PANO E ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO NAS BANDEIRAS DE 2 A 6 PANOS, DE ACORDO COM O ANEXO DA LEI 8.421/92	UN	01	10
	BANDEIRA DO MERCOSUL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO			

16	LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO, COSTURA REFORÇADA NOS CANTOS PARA FIXAÇÃO.	UN	01	10
17	CAIXA ELÉTRICA EM ABS ANTICHAMA NO PADRÃO NBR 147136, COM 02 (DUAS) TOMADAS ELÉTRICAS PRETAS PADRÃO NBR 14136; 01 (UMA) TOMADA ELÉTRICA VERMELHA PADRÃO NBR 14136; COM 05 (CINCO) VIAS DE CONECTOR ELÉTRICO TIPO BORNE (CADA TOMADA COMPORTA ATÉ 350 VA DE POTÊNCIA; DIMENSÕES: LARGURA 35MM, COMPRIMENTO 290MM E ALTURA 50MM. CARACTERÍSTICAS: COMPORTA ATÉ 02 (DOIS) CONECTORES RJ45 FÊMEA TIPO KEYSTONE, SAÍDA DOS CABOS LÓGICOS PELA LATERAL OU PELA PARTE INFERIOR. REFERÊNCIA: EXA-320 PROLUCE OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	UN	05	50
18	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIETILENO E TECIDO LAMINADO DE ALGODÃO, TIPO: SILVER TAPE, LARGURA: 45 MM, COMPRIMENTO: 25 M, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS: ALTA ADESÃO E É RESISTENTE À ÁGUA.	UN	03	12
19	FITA DE SOLO AMARELA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M.	UN	02	20
20	FITA DE SOLO VERMELHA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M	UN	02	20
21	POSTE FLEXÍVEL 75 CM: NA COR LARANJA EM POLIURETANO (PU) E RESISTENTE A INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, COM 3 FAIXAS REFLEXIVAS BRANCAS DO TIPO PRISMÁTICO, ALTURA ENTRE 75 E 110 CM, PESO DE APROXIMADAMENTE 1,2 KG, DIÂMETRO DO POSTE DE 10 CM, DIÂMETRO DA BASE 20 CM, BASE CONTER 3 FUROS PARA FIXAÇÃO PARA 3 PARAFUSOS CHUMBADORES.	UN	15	150
22	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL BVDR VDO. CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	01	10
23	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL FIP SPY 32. CAIXA COM 2 UNIDADES	UN	01	10

24	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	01	10
25	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 180 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	01	10
26	TRENA COM RODA DE 1000M, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO RODA: 31,83, ALCANCE: ATÉ 9.999,9, TIPO: RODA ANALÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM METRO, DECÍMETRO, PRECISÃO: 5	UN	01	10
27	TRENA METÁLICA 10M. FITA DE AÇO, LARGURA LÂMINA: 25, MODELO: ACABAMENTO EMBORRACHADO CONTÉM ALÇA DE PUNHO E PRE, COMPRIMENTO: 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM CENTÍMETRO, MILÍMETRO E POLEGADAS.	UN	05	46
28	DISCO MAGNÉTICO MODELO: EXTERNO/PORTÁTIL, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DADOS, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400, INTERFACE: USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB/COMPATÍVEL COM WINDOWS, VISTA 7 E LINUX, ALIMENTAÇÃO: 110 A 240, MEMÓRIA: 1TB	UN	02	15
29	ADAPTADOR APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CONEXÃO: VGA MACHO X HDMI FEMEA	UN	05	50
30	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: CHAVE FENDA 6X38MM, CHAVE FENDA 5 X 75MM, CHAVE FE, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO / ELETRÔNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 18, TIPO: PHILIPS / FENDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA MAGNETIZADA, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO	JOGO	01	02
31	ALICATE PARA CLIMPAR TIPO CORTE: TRIPLO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, APLICAÇÃO: CONECTORES RJ09 / RJ11 / RJ45 CATEGORIA 5E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO CORTE DECAPE /SISTEMA DE CATRACA, TIPO CABO: ISOLADO	UN	01	02
32	LOCALIZADOR DE CABOS, REFERÊNCIA: GHI 500 MARCA SPARTECC TELECOM, COMPONENTES: GERADOR DE TOM GTS 500 E PONTEIRA INDUTIVA GHI 500, APLICAÇÃO: CABO UTP 4 PARES E DE TELEFONIA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOMPANHA UM ESTOJO E DUAS BATERIAS INSTALADAS, TENSÃO NOMINAL: BIVOLT	UN	01	02
33	CONECTOR TELEFÔNICO MODELO: RJ-45, TIPO: MACHO PACOTE COM 100 UND	PCT 100 UN	01	01
34	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: T7, T8, T9, T10, T15, T20, T25, T30, T40, T45, T50, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 12, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA: FOSFATIZADO, TIPO: TORX, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	JOGO C/ 12 Pç	01	01

35	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS USO: INSTALAÇÃO DE REDE, TIPO 1: ALICATE PUNCH DOWN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2: LÂMINA TIPO 110, CONTROLE DE IMPACTO AJUSTÁVEL, PADRÃO: MANUAL	UN	01	02
36	MATERIAL: NEODÍMIO (NDFEB), REVESTIDO EM NÍQUEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA DE TRAÇÃO: 540G; GRADE MAGNÉTICA: N35, COMPRIMENTO: 3, DIÂMETRO: 5, FORMATO: CILÍNDRICO	UN	01	02
37	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA, MATERIAL POLIETILENO, COM TAMPA FECHADA, ALÇAS ARTICULADA NAS LATERAIS, ALÇA TELESCÓPICA, CAPACIDADE APROXIMADA 95L - ALTURA 46 CM - LARGURA 44,5 CM - COMPRIMENTO 95 CM.	UN	01	01
38	GRAMPEADOR MANUAL DE METAL, PARA MARCENEIRO /TAPECEIRO, GRAMPOS DE 4-8MM	UN	01	01
39	SUPORTE VEICULAR PARA SMARTPHONE TIPO GARRA COM VENTOSA, ELG PRETO - BASE DE VENTOSA DE SILICONE QUE SE FIXA EM DIVERSOS MATERIAIS; - AJUSTÁVEL EM ALTURA, PROFUNDIDADE, DIREÇÃO, INCLINAÇÃO E ÂNGULO; - NÃO NECESSITA DE ADESIVOS OU IMÃS PARA FIXAÇÃO; - POSSUI HASTE AJUSTÁVEL PARA DIREÇÃO E POSIÇÃO DO EQUIPAMENTO; - LARGURA MÁXIMA DAS ALETAS DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PELO MENOS 10 CM; - TRAVA PARA FIXAÇÃO DA VENTOSA; - FIXAÇÃO DO CELULAR POR PRESSÃO DE TRAVAS AUTOMÁTICAS DE GRAVIDADE UNIVERSAL; E - ROTAÇÃO DO APARELHO EM ATÉ 360°.	UN	02	10
40	FITA IMPRESSORA REFERÊNCIA: YMCKO, MATERIAL: RIBBON DE CERA, TIPO IMPRESSORA 1: IMPRESSORA EVOLIS PEBBLE, DUALYS, SECURION E QUANT, COR: COLORIDA; 300 IMPRESSÕES; REFERÊNCIA R5F008AAA	UN	01	05
41	PORTA RETRATOS MATERIAL MOLDURA: MADEIRA, MATERIAL FUNDO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NÃO APLICÁVEL, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA: POLIDO, LARGURA MOLDURA: 10, ALTURA MOLDURA: 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VIDRO PROTETOR TRANSPARENTE	UN	02	20
42	BOLSA TRANSPORTE MODELO: TRANSPORTE TRIPÉ, MATERIAL: NYLON BALÍSTICO, DIMENSÕES: 90, COR: PRETA, APLICAÇÃO: TRANSPORTE EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEMI-MALEÁVEL, COM ALÇA	UN	01	01
43	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR: PRETA, CAPACIDADE: 20 LITROS	UN	01	01

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto do inciso III, do art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização.

7.2. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inc. V, do art. 9º da IN 58 /2022, estão previstos no histórico de consumo dos materiais e previsão de aquisição nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme tabela abaixo:

HISTÓRICO DE CONSUMO DA ÁREA REQUISITANTE PARA FINS DE PLANEJAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ADQUIRIDA 2022	QTD. ADQUIRIDA 2023	QTD. ESTOQUE
01	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, MATERIA PRIMA:100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT, GRAMATURA 1:CERCA DE 30 G/M2, DIMENSOES:CERCA DE 70 CM X 50 M, APRESENTAÇÃO EM ROLO	0	0	0	0	0
02	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA 200 FOLHAS, TAMANHO: 21X22 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADO. PACOTE COM 200 UND	0	0	0	50	49
03	SABÃO PÓ; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL E ROUPAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL COM AMACIANTE. CAIXA COM 1 KG	100	0	0	80	15
04	JOGO DE 12 DIVISÓRIAS PARA FICHÁRIO - COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO - TAMANHO A4 - FURAÇÃO UNIVERSAL - FEITA EM POLIPROPILENO MATERIAL LEVE, ATÓXICO - RESISTENTE E 100% RECICLÁVEL - ACOMPANHA ÍNDICES COLORIDOS PERSONALIZÁVEIS PARA IDENTIFICAÇÃO	0	0	0	0	0
05	POLIDOR LÍQUIDO DE METAIS, COR BRANCA AMARELADO. COMPOSIÇÃO: AGENTES DE POLÍMERO, SOLVENTE DE PETRÓLEO, OLEÍNA, SILICATO DE ALUMÍNIO, AMÔNIA. FRASCO DE 200ML. SIMILAR AS MARCAS BRASSO, KAOL, SILVO OU DE MELHOR QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.	0	24	0	0	2

06	CARTÃO DE PROXIMIDADE DE ACESSO COM CHIP PARA CONFEÇÃO DE CRACHÁ COM ACESSO A CATRACAS MEDIDAS 53,8 X 85,5 MM. PACOTE COM 100 UND	500	0	0	0	139
07	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% FIBRAS CELULÓSICAS TIPO FOLHA: DUPLA PICOTADA COMPRIMENTO: 22 CM LARGURA: 20 CM COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GOFRADO, PACOTE COM 2 BOBINAS DE 60 FOLHAS CADA.	0	0	0	0	0
08	ESPONJA DE LIMPEZA MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO FORMATO: RETANGULAR APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM LARGURA MÍNIMA: 50 MM PACOTE COM 8 UNIDADES	0	200	80	100	4
09	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315C, COR CIANO, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	0	6	4	0	0
10	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315M, COR MAGENTA, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	0	3	1	0	5
11	CADEADO EM LATÃO MACIÇO, HASTE: AÇO INOXIDÁVEL ALTURA: 69 MM LARGURA: 50 MM QUANTIDADE PINOS: 16 UM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVE TIPO TETRA E TRAVA DUPLA	0	0	20	0	17
12	VÁLVULA PARA BORRIFADOR /PULVERIZADOR COMPATÍVEL COM GARRAFAS DE BOCA DE ROSCA 28, COM O PESCADOR DE 25CM MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR	0	0	100	0	2

13	TRAVESSEIRO; MATERIAL: ESPUMA SINTÉTICA; REVESTIMENTO: 100% ALGODÃO; COMPRIMENTO: 0,50 M; LARGURA: 0,70 M, DENSIDADE: 20, COR: BRANCA	12	0	30	0	9
14	BANDEIRA-INSÍGNIA DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, DE DOIS PANOS (TIPO 2), TAMANHO RETANGULAR, CUJO LADO MAIOR É UMA VEZ E MEIA O MENOR; FARPADA, TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO) NA COR AMARELA DA BANDEIRA NACIONAL, COM VINTE E UMA ESTRELAS AZUIS DISPOSTAS EM CRUZ, SENDO CINCO EM CADA RAMO E UMA NO CENTRO, TENDO AO CENTRO DO QUADRILÁTERO SUPERIOR ESQUERDO A ESTRELA DAS ARMAS NACIONAIS, BORDADO, REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA COM DOIS ILHOSES METÁLICOS, MEDINDO 0,90 CM X 1,28 CM, CONFORME PROJETO.	0	0	0	0	0
15	BANDEIRA NACIONAL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. AMARRAS DE CADARÇO DE ALGODÃO NAS BANDEIRAS DE MEIO PANO E ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO NAS BANDEIRAS DE 2 A 6 PANOS, DE ACORDO COM O ANEXO DA LEI 8.421 /92	15	0	0	0	14
	BANDEIRA DO MERCOSUL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO				0	

16	LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO, COSTURA REFORÇADA NOS CANTOS PARA FIXAÇÃO.	0	0	0		0
17	CAIXA ELÉTRICA EM ABS ANTICHAMA NO PADRÃO NBR 147136, COM 02 (DUAS) TOMADAS ELÉTRICAS PRETAS PADRÃO NBR 14136; 01 (UMA) TOMADA ELÉTRICA VERMELHA PADRÃO NBR 14136; COM 05 (CINCO) VIAS DE CONECTOR ELÉTRICO TIPO BORNE (CADA TOMADA COMPORTA ATÉ 350 VA DE POTÊNCIA; DIMENSÕES: LARGURA 35MM, COMPRIMENTO 290MM E ALTURA 50MM. CARACTERÍSTICAS: COMPORTA ATÉ 02 (DOIS) CONECTORES RJ45 FÊMEA TIPO KEYSTONE, SAÍDA DOS CABOS LÓGICOS PELA LATERAL OU PELA PARTE INFERIOR. REFERÊNCIA: EXA-320 PROLUCE OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	0	0	150	0	40
18	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIETILENO E TECIDO LAMINADO DE ALGODÃO, TIPO: SILVER TAPE, LARGURA: 45 MM, COMPRIMENTO: 25 M, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS: ALTA ADESÃO E É RESISTENTE À ÁGUA.	0	0	0	0	0
19	FITA DE SOLO AMARELA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M.	0	0	0	0	0
20	FITA DE SOLO VERMELHA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À	0	0	0	0	0

	SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M					
21	<p>POSTE FLEXÍVEL 75 CM:</p> <p>NA COR LARANJA EM POLIURETANO (PU) E RESISTENTE A INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, COM 3 FAIXAS REFLEXIVAS BRANCAS DO TIPO PRISMÁTICO, ALTURA ENTRE 75 E 110 CM, PESO DE APROXIMADAMENTE 1,2 KG, DIÂMETRO DO POSTE DE 10 CM, DIÂMETRO DA BASE 20 CM, BASE CONTER 3 FUROS PARA FIXAÇÃO PARA 3 PARAFUSOS CHUMBADORES.</p>	0	0	0	0	0
22	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL BVDR VDO.	0	0	0	0	0
23	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL FIP SPY 32.	0	0	0	0	0
24	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO.	0	0	0	0	0
25	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 180 KM, 24 HORAS, VDO.	0	0	0	0	0
26	<p>TRENA COM RODA DE 1000M, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO RODA: 31,83, ALCANCE: ATÉ 9.999,9, TIPO: RODA ANALÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM METRO, DECÍMETRO, PRECISÃO: 5</p>	0	0	0	0	0
27	<p>TRENA METÁLICA 10M. FITA DE AÇO, LARGURA LÂMINA: 25, MODELO: ACABAMENTO EMBORRACHADO CONTÉM ALÇA DE PUNHO E PRE, COMPRIMENTO: 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM CENTÍMETRO, MILÍMETRO E POLEGADAS.</p>	0	0	0	0	0
28	<p>DISCO MAGNÉTICO MODELO: EXTERNO/PORTÁTIL, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DADOS, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400, INTERFACE: USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB/COMPATÍEL COM WINDOWS, VISTA 7 E LINUX, ALIMENTAÇÃO: 110 A 240, MEMÓRIA: 1TB</p>	0	0	0	0	0

29	ADAPTADOR APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CONEXÃO: VGA MACHO X HDMI FEMEA	0	0	0	0	0
30	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: CHAVE FENDA 6X38MM, CHAVE FENDA 5 X 75MM, CHAVE FE, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO / ELETRÔNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 18, TIPO: PHILIPS / FENDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA MAGNETIZADA, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO	0	0	0	0	0
31	ALICATE PARA CLIMPAR TIPO CORTE: TRIPLO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, APLICAÇÃO: CONECTORES RJ09 / RJ11 / RJ45 CATEGORIA 5E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO CORTE DECAPE /SISTEMA DE CATRACA, TIPO CABO: ISOLADO	0	0	0	0	0
32	LOCALIZADOR DE CABOS, REFERÊNCIA: GHI 500 MARCA SPARTECC TELECOM, COMPONENTES: GERADOR DE TOM GTS 500 E PONTEIRA INDUTIVA GHI 500, APLICAÇÃO: CABO UTP 4 PARES E DE TELEFONIA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOMPANHA UM ESTOJO E DUAS BATERIAS INSTALADAS, TENSÃO NOMINAL: BIVOLT	0	0	0	0	0
33	CONECTOR TELEFÔNICO MODELO: RJ-45, TIPO: MACHO PACOTE COM 100 UND	0	0	0	0	0
34	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: T7, T8, T9, T10, T15, T20, T25, T30, T40, T45, T50, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 12, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA: FOSFATIZADO, TIPO: TORX, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	0	0	0	0	0
35	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS USO: INSTALAÇÃO DE REDE, TIPO 1: ALICATE PUNCH DOWN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2:					

	LÂMINA TIPO 110, CONTROLE DE IMPACTO AJUSTÁVEL, PADRÃO: MANUAL					
36	MATERIAL: NEODÍMIO (NDFEB), REVESTIDO EM NÍQUEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA DE TRAÇÃO: 540G; GRADE MAGNÉTICA: N35, COMPRIMENTO: 3, DIÂMETRO: 5, FORMATO: CILÍNDRICO	0	0	0	0	0
37	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA, MATERIAL POLIETILENO, COM TAMPA FECHADA, ALÇAS ARTICULADA NAS LATERAIS, ALÇA TELESCÓPICA, CAPACIDADE APROXIMADA 95L - ALTURA 46 CM - LARGURA 44,5 CM - COMPRIMENTO 95 CM.	0	0	0	0	0
38	GRAMPEADOR MANUAL DE METAL, PARA MARCENEIRO/TAPECEIRO, GRAMPOS DE 4-8MM	0	0	0	0	0
39	SUORTE VEICULAR PARA SMARTPHONE TIPO GARRA COM VENTOSA, ELG PRETO - BASE DE VENTOSA DE SILICONE QUE SE FIXA EM DIVERSOS MATERIAIS; - AJUSTÁVEL EM ALTURA, PROFUNDIDADE, DIREÇÃO, INCLINAÇÃO E ÂNGULO; - NÃO NECESSITA DE ADESIVOS OU IMÃS PARA FIXAÇÃO; - POSSUI HASTE AJUSTÁVEL PARA DIREÇÃO E POSIÇÃO DO EQUIPAMENTO; - LARGURA MÁXIMA DAS ALETAS DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PELO MENOS 10 CM; - TRAVA PARA FIXAÇÃO DA VENTOSA; - FIXAÇÃO DO CELULAR POR PRESSÃO DE TRAVAS AUTOMÁTICAS DE GRAVIDADE UNIVERSAL; E - ROTAÇÃO DO APARELHO EM ATÉ 360°.	0	0	0	0	0
40	FITA IMPRESSORA REFERÊNCIA: YMCKO, MATERIAL: RIBBON DE CERA, TIPO IMPRESSORA 1: IMPRESSORA EVOLIS PEBBLE, DUALYS, SECURION E QUANT, COR: COLORIDA; 300 IMPRESSÕES; REFERÊNCIA R5F008AAA	0	0	0	0	0
41	PORTA RETRATOS MATERIAL MOLDURA: MADEIRA, MATERIAL FUNDO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NÃO APLICÁVEL, ACABAMENTO SUPERFICIAL	0	0	0	0	0

	MOLDURA: POLIDO, LARGURA MOLDURA: 10, ALTURA MOLDURA: 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VIDRO PROTETOR TRANSPARENTE					
42	BOLSA TRANSPORTE MODELO: TRANSPORTE TRIPIÉ, MATERIAL: NYLON BALÍSTICO, DIMENSÕES: 90, COR: PRETA, APLICAÇÃO: TRANSPORTE EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEMI-MALEÁVEL, COM ALÇA	0	0	0	0	0
43	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR: PRETA, CAPACIDADE: 20 LITROS	0	0	0	0	0

Conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD 4 (7075482)

7.3. Certifica-se que em atendimento à recomendação da CONJUR, foi levantado junto aos demandantes a metodologia utilizada para definir as quantidades e as justificativas de cada item, conforme segue abaixo;

Os itens de 1 a 17, são de responsabilidade do Almoxarifado; constando o histórico de consumo/aquisição no Documento de Formalização de Demanda - DFD 4 (7075482);

Referente ao histórico de consumo dos itens 01, 04, 07, 14 e 16, estes foram retificadas as informações, seguem as memórias de cálculo dos materiais consumidos nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, demonstrados no relatório analítico de movimentação de material SIADS (anexo): conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD. CONSUMIDA 2020	QTD. CONSUMIDA 2021	QTD. CONSUMIDA 2022	QTD. CONSUMIDA 2023	QTD. ESTOQUE
01	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR	Não houve aquisição	Não houve aquisição	Não houve aquisição	2	3
04	JOGO DE 12 DIVISÓRIAS PARA	31	83	27	Não houve aquisição	0
07	TOALHA DE PAPEL MATERIAL	46	39	Não houve aquisição	Não houve aquisição	0
14	BANDEIRA-INSÍGNIA DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	Não houve aquisição	2	Não houve aquisição	10	3
16	BANDEIRA DO MERCOSUL	4	4	2	6	3

O item 18 foi requisitado pela Seção de Gestão Patrimonial – SEGEP;

O material será utilizado em reparos e manutenção em geral na seção de gestão do patrimônio, como manutenção dos condutores de ar-condicionado e ventilação.

Referentes aos itens 19, 20 e 21, da área requisitante Coordenação de Segurança - COSEG

Itens 19 e 20, serão utilizados para marcação de faixas de segurança e sinalização dos locais como, solos, vidros e portas do prédio principal e anexos do bloco O.

Item 21, POSTE FLEXÍVEL, no ano de 2023 foram utilizadas 30 unidades que estavam em estoque, sendo posicionados na ACMD na seguinte forma:

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO LOCALIZAÇÃO	QTD. CONSUMIDA 2020
01	Poste	proteção da rede de recalque	1
02		trajeto de saída do estacionamento privativo	6
03		perto da central de gás	2
04		curva da primeira fila	6
05		curva da 2 fila	6
06		limitação entre MD e o MME	4
07		perto da central de ar-condicionado	1
08		passagem de pedestre da escada	2
09		passagem de pedestre	2
TOTAL			30

A quantidade solicitada para o ano de 2024, será distribuída da seguinte forma;

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO LOCALIZAÇÃO	QTD.
01		acesso a alça do ministério	4
02		Ao longo da via do Bloco Q	50
03		curva estacionamento leste	15

04	Poste	limitar travamento de vaga leste	8
05		limitar vaga de motos	5
06		limitar curva final estacionamento 1	10
07		limitar curva final estacionamento 2	5
085		limitar travamento de vaga entre estacionamento 3	5
09		limitar travamento de vaga entre MD e MF	5
10		acesso ao subsolo	20
11		limitar vaga próximo a central de ar-condicionado	6
12		ao longo da via do prédio anexo ao Bloco O	17
		TOTAL	150

Itens 22, 23, 24 e 25, de competência da área requisitante Seção de Gerenciamento de Frota – SEGEF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE	VEÍCULOS QUE FAZEM USO OBRIGATÓRIO DE TACÁGRAFO	JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO
22	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL BVDR VDO. CAIXA COM 10 UNIDADES	10	<p>Veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa FEL 4606; Ano de fabricação: 2014 Ano do modelo 2014, cor branca.</p> <p>Veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa FHS 4547; Ano de fabricação: 2014 Ano do modelo 2014, cor branca.</p> <p>Veículo de marca: PEUGEOT; Modelo: BOXER M33M 2.3, tipo Van; Placa: PAC 2851; ano de fabricação 2014, ano do modelo 2014, cor branca.</p>	<p>As quantidades de bobinas/ discos solicitadas, têm como objetivo obter registros de eventuais ocorrências nos veículos durante os seus deslocamentos, por um período de 01 ano, conforme especificado abaixo:</p> <p>02 Vans CITROEN e 01 PEUGEOT utilizam bobina fita de impressão tacógrafo digital VDO. Cada bobina possui 9 metros de comprimento e cada impressão dependendo do percurso consome em torno de 0,50 cm.</p> <p>Considerando que o veículo pode realizar várias missões por dia, teríamos um consumo considerável de fita. Fato que justifica as quantidades solicitadas.</p>

23	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL FIP SPY 32. CAIXA COM 10 UNIDADES	10	Veículo tipo Van, RENAULT MASTER ano de fabricação 2019, modelo 2020, placa OVO2055, cor branca.	01 Van REUNALT Master utiliza bobina fita impressão tacógrafo digital SPY e cada bobina suporta 10 impressões. Fato que justifica as quantidades solicitadas.
24	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	10	Veículo Micro-ônibus M. BENZ Micro-ônibus - ano de fabricação 2015, modelo 2015, placa PAR1216, cor branca	01 Micro-ônibus M.BENZ, utiliza disco tacógrafo diário de 125 KM, o qual é substituído no final de cada missão, gerando um consumo alto. Fato que justifica as quantidades solicitadas.
25	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES	10	veículo tipo Van, MERCEDES BENZ SPRINTER 416 2.2 CDI - ano de fabricação 2021, modelo 2022, placa RET3A44, cor branca veículo de marca: CITROEN; Modelo JUMPER M33M 2.3, tipo Va; Placa: JKO8851; Ano de fabricação: 2013; Ano do modelo: 2013, cor branca.	- 01 veículo M.BENZ e 01 CITROEN tipo van utilizam disco tacógrafo diário de 128KM, o qual é substituído no final de cada missão, gerando um consumo alto. Fato que justifica as quantidades solicitadas.

Referentes aos itens 26, 27, 28 e 29, de requisitante Departamento do Programa Calha Norte – DPCN;

Itens 26 e 27, trenas: O Departamento do Programa Calha Norte tem a necessidade TRENA COM RODA DE 1000M para cumprir missões de vistoria de obras nos 783 municípios distribuídos em 10 Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Atualmente, o Departamento do Programa Calha Norte está com 1179 convênios em 288 municípios nos 10 Estados, sendo 937 convênios de obras e convênios de engenharia e 242 convênios de Equipamentos, exigindo descentralização de seu efetivo, justificando assim a necessidade de mais 10 (dez) TRENA COM RODA DE 1000M, para a medição das obras.

O Departamento do Programa Calha Norte atualmente possui 42 engenheiros com isso necessitamos também de 46 (quarenta e seis) TRENA METÁLICA 10M. FITA DE AÇO, LARGURA LÂMINA: 25, para o trabalho de vistoria de obras e essa quantidade nos traz segurança para termos uma sobra para repor se alguma trena, devido ao uso sofrer desgaste e assim temos para repor de imediato.

Histórico de vistorias realizadas:

Convênios Vistoriados 2023	Convênios Vistoriados 2022	Convênios Vistoriados 2021	Convênios Vistoriados 2020	Convênios Vistoriados 2019
22	45	56	6	3
40	32	91	50	4
28	53	55		13

21	41	38		30
65	48			21
71				38
50				29
113				31
26				37
79				20
94				12
21				5
				7
TOTAL				
630	219	240	56	250

Item 28: O Departamento do Programa Calha Norte tem atualmente 167 colaboradores e existe a necessidade, devido ao volume grande de dados, de armazenamentos de informações dos convênios com arquivos que consomem muito espaço na rede do MD (fotos e vídeos das vistorias, mapas e projetos de engenharia), atualmente o DPCN tem 532 GB de dados na rede do MD que tem espaço restrito de armazenamento.

Item 29: O Departamento do Programa Calha Norte tem atualmente 167 colaboradores e existe a necessidade, dos adaptadores para podermos utilizar dois monitores a utilização de dois monitores é de grande importância para a produtividade dos colaboradores sendo que com dois monitores a produtividade aumenta em torno de 30%.

Os itens 30 a 35 foram solicitados pela Chefia de Operações Conjuntas – CHOC; para atender ao planejamento de aquisição levou em consideração as necessidades para atendimento das demandas de manutenção nos equipamentos do Centro de dados (racks, roteadores, servidores e switches) da Rede Operacional de Defesa (ROD,) localizado no 5º Andar. Não havendo registro de histórico de consumo anterior por não ter tido a necessidade de utilização dos materiais antes.

Item 36 também como requisitante a Chefia de Operações Conjuntas – CHOC; para atender a recém-criada Seção de Defesa Cibernética e Guerra Eletrônica (SC-1.1) não possui o material necessário para executar os trabalhos atinentes à função. O material será utilizado na estruturação do sistema de monitoramento e conferências relacionados ao tema da Seção, trabalhando em prol de toda a estrutura de Comando e Controle.

Item 37 a 39 foram solicitados pelo Serviço de Apoio Administrativo – SAAD;

item 37, A aquisição da Caixa térmica plástica será para substituição do atual equipamento que se encontra com defeitos. Este material é muito necessário para o condicionamento da comissária em viagens oficiais do Senhor Ministro da Defesa e comitiva. (6950235);

item 38: A aquisição do Grampeador para marceneiro/tapeceiro, usado em todas as atividades de tiro da Segurança Pessoal, sendo imprescindível sua aquisição;

item 39: A aquisição do Suporte veicular para smartphone com garra tipo ventosa. Este acessório é muito útil em deslocamentos automotores, pois frequentemente os condutores necessitam se dirigir para destinos desconhecidos, sendo utilizados os aplicativos de navegação por GPS instalados nos dispositivos móveis.

Itens nº 40 e 41 requisitados pela Assessoria de Inteligência de Defesa - AIDEF;

Item 40, A aquisição da Fita RIBBON se justifica em virtude da necessidade de confecção das Credenciais de Segurança (Crachás) para os servidores civis e militares que tenham a necessidade de Acesso a documentação sigilosa nos diversos níveis

Item 41 porta retratos, a AIDEF informou que a Assessoria possui duas (2) galerias de Eventos e de Integrantes, e a quantidade de itens solicitados se dar em razão de não terem sido pedidos anteriormente.

Além disso, a AIDEF informou que tem fotos de anos anteriores e de eventos deste ano que ainda não foram para a galeria por falta dos porta-retratos.

Estes registros são para consolidar os eventos dos anos anteriores e do ano corrente, tais como:

- Os encontros do Conselho Consultivo do Sistema de Inteligência de Defesa (CONSECON-SINDE);
- Reuniões da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) com outras Nações;
- Reuniões Bilaterais de Inteligência de Defesa (RBID); e
- Outros eventos relevantes daquela Assessoria.

Portanto os itens serão utilizados, a fim de fixar os registros nas Galeria, conforme pode ser observado nas fotos a seguir;





Item 42 requisitado pelo Departamento de saúde e assistência social – DESAS, tem por finalidade o transporte de banner para eventos coordenados por este Departamento, sem que o mesmo seja danificado.

Item 43 requisitado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA, tem por finalidade o apoio e transporte de materiais nas diversas reuniões coordenadas pela APAC.

Face ao exposto, certifica-se que cada setor utilizou a metodologia de consumo x necessidade. Por isso alguns itens não têm histórico de consumo por nunca terem sido comprado, pois a necessidade surgiu no presente momento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 110.255,28

8.1. A estimativa do valor da aquisição, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, MATERIA PRIMA: 100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT, GRAMATURA 1: CERCA DE 30 G/M2, DIMENSOES: CERCA DE 70 CM X 50 M, APRESENTAÇÃO EM ROLO	481805	UN	100	R\$ 19,44	R\$ 1.944,00
2	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA 200 FOLHAS, TAMANHO: 21X22 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADO. PACOTE COM 200 UND	319191	PCT	100	R\$ 20,86	R\$ 2.086,00
3	SABÃO PÓ; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL E ROUPAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL COM AMACIANTE. CAIXA COM 1 KG	226795	CAIXA	100	R\$ 18,10	R\$ 1.810,00

4	JOGO DE 12 DIVISÓRIAS PARA FICHÁRIO - COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO - TAMANHO A4 - FURAÇÃO UNIVERSAL - FEITA EM POLIPROPILENO MATERIAL LEVE, ATÓXICO - RESISTENTE E 100% RECICLÁVEL - ACOMPANHA ÍNDICES COLORIDOS PERSONALIZÁVEIS PARA IDENTIFICAÇÃO	299050	UN	150	R\$ 12,24	R\$ 1.836,00
5	POLIDOR LÍQUIDO DE METAIS, COR BRANCA AMARELADO. COMPOSIÇÃO: AGENTES DE POLÍMERO, SOLVENTE DE PETRÓLEO, OLEÍNA, SILICATO DE ALUMÍNIO, AMÔNIA. FRASCO DE 200ML. SIMILAR AS MARCAS BRASSO, KAOL, SILVO, OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.	295598	UN	10	R\$ 52,14	R\$ 521,40
6	CARTÃO DE PROXIMIDADE DE ACESSO COM CHIP PARA CONFEÇÃO DE CRACHÁ COM ACESSO A CATRACAS MEDIDAS 53,8 X 85,5 MM. PACOTE COM 100 UND	610378	UN	10	R\$ 376,27	R\$ 3.762,70
7	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% FIBRAS CELULÓSICAS TIPO FOLHA: DUPLA PICOTADA COMPRIMENTO: 22 CM LARGURA: 20 CM COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GOFRADO, PACOTE COM 2 BOBINAS DE 60 FOLHAS CADA.	440603	PCT	200	R\$ 7,87	R\$ 1.574,00
8	ESPONJA DE LIMPEZA MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO FORMATO: RETANGULAR APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM LARGURA MÍNIMA: 50 MM PACOTE COM 8 UNIDADES	373481	PCT	300	R\$ 2,93	R\$ 879,00
9	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315C, COR CIANO, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO	406361	UN	10	R\$ 656,54	R\$ 6.565,40

	FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.					
10	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO HL-4150CDN/MFC-9460CDN, REF. TN-315M, COR MAGENTA, CAPACIDADE DE 3.500 PÁGINAS, COM 5% DE COBERTURA, ORIGINAL GENUÍNO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. MARCA BROTHER.	406362	UN	4	R\$ 764,58	R\$ 3.058,32
11	CADEADO EM LATÃO MACIÇO, HASTE: AÇO INOXIDÁVEL ALTURA: 69 MM LARGURA: 50 MM QUANTIDADE PINOS: 16 UM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVE TIPO TETRA E TRAVA DUPLA	236534	UN	50	R\$ 142,61	R\$ 7.130,50
12	VÁLVULA PARA BORRIFADOR /PULVERIZADOR COMPATÍVEL COM GARRAFAS DE BOCA DE ROSCA 28, COM O PESCADOR DE 25CM MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR	307885	UN	200	R\$ 3,95	R\$ 790,00
13	TRAVESSEIRO; MATERIAL: ESPUMA SINTÉTICA; REVESTIMENTO: 100% ALGODÃO; COMPRIMENTO: 0,50 M; LARGURA: 0,70 M, DENSIDADE: 20, COR: BRANCA	255329	UN	60	R\$ 56,21	R\$ 3.372,60
14	BANDEIRA-INSÍGNIA DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, DE DOIS PANOS (TIPO 2), TAMANHO RETANGULAR, CUJO LADO MAIOR É UMA VEZ E MEIA O MENOR; FARPADA, TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO) NA COR AMARELA DA BANDEIRA NACIONAL, COM VINTE E UMA ESTRELAS AZUIS DISPOSTAS EM CRUZ, SENDO CINCO EM CADA RAMO E UMA NO CENTRO, TENDO AO CENTRO DO QUADRILÁTERO SUPERIOR ESQUERDO A ESTRELA DAS ARMAS NACIONAIS, BORDADO, REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA COM DOIS ILHOSES	441697	UN	10	R\$ 348,75	R\$ 3.487,50

	METÁLICOS, MEDINDO 0,90 CM X 1,28 CM, CONFORME PROJETO.					
15	BANDEIRA NACIONAL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. AMARRAS DE CADARÇO DE ALGODÃO NAS BANDEIRAS DE MEIO PANO E ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO NAS BANDEIRAS DE 2 A 6 PANOS, DE ACORDO COM O ANEXO DA LEI 8.421/92	348127	UN	10	R\$ 532,50	R\$ 5.325,00
16	BANDEIRA DO MERCOSUL, 257,14 CM X 180 CM (4 PANOS) TECIDO TERGAL VERÃO (76% POLIÉSTER E 24% ALGODÃO). CORTE A LASER. LETRAS E ESTRELAS EM APLICAÇÃO COM BORDADO CHEIO DE 3 A 5 MM DE LARGURA. COSTURAS DUPLAS, LINHA 100% POLIÉSTER DE 0,18 MM. REFORÇO DE 3 A 6 CM DE LARGURA PARA SUSTENTAÇÃO DO TERGAL AO LONGO DA LARGURA DA BANDEIRA, DE ACORDO COM O TAMANHO E NA MESMA COR DAS BANDEIRAS. TALHA COM IMPRESSÃO DA MARCA, DO CNPJ DO FABRICANTE E DO TAMANHO DA BANDEIRA. ALÇA DE TECIDO TRIPLO REFORÇADO, COSTURA REFORÇADA NOS CANTOS PARA FIXAÇÃO.	383655	UN	10	R\$ 584,00	R\$ 5.840,00
	CAIXA ELÉTRICA EM ABS ANTICHAMA NO PADRÃO NBR 147136, COM 02 (DUAS) TOMADAS ELÉTRICAS PRETAS PADRÃO NBR 14136; 01 (UMA) TOMADA ELÉTRICA VERMELHA PADRÃO NBR 14136; COM 05 (CINCO) VIAS DE CONECTOR ELÉTRICO TIPO BORNE (CADA TOMADA COMPORTA ATÉ 350 VA DE					

17	POTÊNCIA; DIMENSÕES: LARGURA 35MM, COMPRIMENTO 290MM E ALTURA 50MM. CARACTERÍSTICAS: COMPORTA ATÉ 02 (DOIS) CONECTORES RJ45 FÊMEA TIPO KEYSTONE, SAÍDA DOS CABOS LÓGICOS PELA LATERAL OU PELA PARTE INFERIOR. REFERÊNCIA: EXA-320 PROLUCE OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	291226	UN	50	R\$ 61,39	R\$ 3.069,50
18	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIETILENO E TECIDO LAMINADO DE ALGODÃO, TIPO: SILVER TAPE, LARGURA: 45 MM, COMPRIMENTO: 25 M, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS: ALTA ADESÃO E É RESISTENTE À ÁGUA.	485169	UN	12	R\$ 24,47	R\$ 293,64
19	FITA DE SOLO AMARELA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M.	467603	UN	20	R\$ 41,82	R\$ 836,40
20	FITA DE SOLO VERMELHA 30 M: FITA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO PODE SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, MESMO EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES, POIS É RESISTENTE À UMIDADE E SUA DURABILIDADE É MAIOR DO QUE DE OUTRAS FITAS ADESIVAS, DEVIDO À SUA ESPESSURA MAIS GROSSA, 50 MM X 30M	467603	UN	20	R\$ 49,22	R\$ 984,40
21	POSTE FLEXÍVEL 75 CM: NA COR LARANJA EM POLIURETANO (PU) E RESISTENTE A INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, COM 3 FAIXAS REFLEXIVAS BRANCAS DO TIPO PRISMÁTICO, ALTURA ENTRE 75 E 110 CM, PESO DE APROXIMADAMENTE 1,2 KG, DIÂMETRO DO POSTE DE 10 CM,	405986	UN	150	R\$ 145,47	R\$ 21.820,50

	DIÂMETRO DA BASE 20 CM, BASE CONTER 3 FUROS PARA FIXAÇÃO PARA 3 PARAFUSOS CHUMBADORES.					
22	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL BVDR VDO. CAIXA COM 10 UNIDADES.	316825	UN	10	R\$ 427,27	R\$ 4.272,70
23	BOBINA FITA IMPRESSÃO TACÓGRAFO DIGITAL FIP SPY 32. CAIXA COM 2 UNIDADES.	316825	UN	10	R\$ 46,98	R\$ 469,80
24	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 125 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	363468	UN	10	R\$ 41,38	R\$ 413,80
25	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO, 180 KM, 24 HORAS, VDO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	363469	CX C/ 100	10	R\$ 53,96	R\$ 539,60
26	TRENA COM RODA DE 1000M, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO RODA: 31,83, ALCANCE: ATÉ 9.999,9, TIPO: RODA ANALÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM METRO, DECÍMETRO, PRECISÃO: 5	603904	UN	10	R\$ 722,04	R\$ 7.220,40
27	TRENA METÁLICA 10M. FITA DE AÇO, LARGURA LÂMINA: 25, MODELO: ACABAMENTO EMBORRACHADO CONTÉM ALÇA DE PUNHO E PRE, COMPRIMENTO: 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÕES EM CENTÍMETRO, MILÍMETRO E POLEGADAS.	393217	UN	46	R\$ 42,40	R\$ 1.950,40
28	DISCO MAGNÉTICO MODELO: EXTERNO/PORTÁTIL, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DADOS, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400, INTERFACE: USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB/COMPATÍEL COM	606881	UN	15	R\$ 567,09	R\$ 8.506,35

	WINDOWS, VISTA 7 E LINUX, ALIMENTAÇÃO: 110 A 240, MEMÓRIA: 1TB					
29	ADAPTADOR APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CONEXÃO: VGA MACHO X HDMI FEMEA	478027	UN	50	R\$ 67,98	R\$ 3.399,00
30	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: CHAVE FENDA 6X38MM, CHAVE FENDA 5 X 75MM, CHAVE FE, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO / ELETRÔNICO, QUANTIDADE PEÇAS: 18, TIPO: PHILIPS / FENDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA MAGNETIZADA, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO	459175	JOGO	2	R\$ 125,07	R\$ 250,14
31	ALICATE PARA CLIMPAR TIPO CORTE: TRIPLO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, APLICAÇÃO: CONECTORES RJ09 / RJ11 / RJ45 CATEGORIA 5E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO CORTE DECAPE /SISTEMA DE CATRACA, TIPO CABO: ISOLADO	331040	UN	2	R\$ 364,18	R\$ 728,36
32	LOCALIZADOR DE CABOS, REFERÊNCIA: GHI 500, COMPONENTES: GERADOR DE TOM GTS 500 E PONTEIRA INDUTIVA GHI 500, APLICAÇÃO: CABO UTP 4 PARES E DE TELEFONIA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOMPANHA UM ESTOJO E DUAS BATERIAS INSTALADAS, TENSÃO NOMINAL: BIVOLT	431033	UN	2	R\$ 143,74	R\$ 287,48
33	CONECTOR TELEFÔNICO MODELO: RJ-45, TIPO: MACHO PACOTE COM 100 UND	375963	PCT 100 UN	1	R\$ 77,35	R\$ 77,35
	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, COMPONENTES: T7, T8, T9, T10, T15, T20, T25, T30, T40, T45, T50, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO,					

34	QUANTIDADE PEÇAS: 12, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA: FOSFATIZADO, TIPO: TORX, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	289849	JOGO C/ 12 Pç	1	R\$ 92,90	R\$ 92,90
35	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS USO: INSTALAÇÃO DE REDE, TIPO 1: ALICATE PUNCH DOWN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2: LÂMINA TIPO 110, CONTROLE DE IMPACTO AJUSTÁVEL, PADRÃO: MANUAL	463252	UN	2	R\$ 55,71	R\$ 111,42
36	MATERIAL: NEODÍMIO (NDFEB), REVESTIDO EM NÍQUEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA DE TRAÇÃO: 540G; GRADE MAGNÉTICA: N35, COMPRIMENTO: 3, DIÂMETRO: 5, FORMATO: CILÍNDRICO	442714	UN	2	R\$ 14,11	R\$ 28,22
37	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA, MATERIAL POLIETILENO, COM TAMPA FECHADA, ALÇAS ARTICULADA NAS LATERAIS, ALÇA TELESCÓPICA, CAPACIDADE APROXIMADA 95L - ALTURA 46 CM - LARGURA 44,5 CM - COMPRIMENTO 95 CM.	472719	UN	1	R\$ 1.763,04	R\$ 1.763,04
38	GRAMPEADOR MANUAL DE METAL, PARA MARCENEIRO/TAPECEIRO, GRAMPOS DE 4-8MM	440632	UN	1	R\$ 111,78	R\$ 111,78
39	SUPORTE VEICULAR PARA SMARTPHONE TIPO GARRA COM VENTOSA, ELG PRETO - BASE DE VENTOSA DE SILICONE QUE SE FIXA EM DIVERSOS MATERIAIS; - AJUSTÁVEL EM ALTURA, PROFUNDIDADE, DIREÇÃO, INCLINAÇÃO E ÂNGULO; - NÃO NECESSITA DE ADESIVOS OU IMÃS PARA FIXAÇÃO; - POSSUI HASTE AJUSTÁVEL PARA DIREÇÃO E POSIÇÃO DO EQUIPAMENTO; - LARGURA MÁXIMA DAS ALETAS DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PELO MENOS 10 CM; - TRAVA PARA FIXAÇÃO DA VENTOSA; - FIXAÇÃO DO CELULAR POR PRESSÃO DE TRAVAS AUTOMÁTICAS DE GRAVIDADE UNIVERSAL; E - ROTAÇÃO DO APARELHO EM ATÉ 360°.	602598	UN	10	R\$ 25,48	R\$ 254,80

40	FITA IMPRESSORA REFERÊNCIA: YMCKO, MATERIAL: RIBBON DE CERA, TIPO IMPRESSORA 1: IMPRESSORA EVOLIS PEBBLE, DUALYS, SECURION E QUANT, COR: COLORIDA; 300 IMPRESSÕES; REFERÊNCIA R5F008AAA	433043	UN	5	R\$ 344,96	R\$ 1.724,80
41	PORTA RETRATOS MATERIAL MOLDURA: MADEIRA, MATERIAL FUNDO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NÃO APLICÁVEL, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA: POLIDO, LARGURA MOLDURA: 10, ALTURA MOLDURA: 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VIDRO PROTETOR TRANSPARENTE	218238	UN	20	R\$ 46,17	R\$ 923,40
42	BOLSA TRANSPORTE MODELO: TRANSPORTE TRIPÉ, MATERIAL: NYLON BALÍSTICO, DIMENSÕES: 90, COR: PRETA, APLICAÇÃO: TRANSPORTE EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEMI-MALEÁVEL, COM ALÇA	465487	UN	1	R\$ 99,48	R\$ 99,48
43	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR: PRETA, CAPACIDADE: 20 LITROS	609933	UN	1	R\$ 43,20	R\$ 43,20
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO R\$						R\$ 110.255,28

8.2. O valor máximo aceitável (final) será o valor final resultante do Mapa Comparativo dos Preços (7228640 e posterior Análise Crítica dos Preços (7228727), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 9º IN 58 /2022), conclui-se que não se faz necessário, haja vista que tornar o valor da licitação sigiloso é um ato discricionário da Administração e, no presente caso, os valores constarão na última versão do Termo de Referência. Portanto, os valores serão divulgados tanto no Edital quanto no Sistema de Compras Governamentais, uma vez que tal informação pode auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

8.4. A descrição dos itens 9 e 10 foram acrescidas de marca, de acordo com hipótese descritas no art. 41, inciso I, alíneas b da Lei nº 14.133, de 2021. Por trata-se de insumo para impressora já existente desse órgão.

8.5. A descrição dos itens 5 e 17 foi acrescida de marca, como forma ou parâmetro de qualidade, seguida das expressões: “ou equivalente”, “ou de melhor qualidade”, de acordo com Acórdão nº 808 – Plenário, de 10 de abril de 2019 do Tribunal de Contas da União:

“Enunciado: Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.”

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, atendendo aos princípios nos termos dos artigos 40, V, “b” e 47, II, e da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento, é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. Em regra, conforme inciso VII, art.18 e seu caput, da Lei 14.133/2021, o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala, bem como foram abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

9.3. Considera-se ainda, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, atendendo aos parâmetros de qualidade e buscando a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, conforme o inc. II e III, § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens. É necessário salientar que a divisão levou em consideração a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos.

9.5. No atual cenário do mercado nacional, existem diversos fornecedores aptos à fornecerem as demandas apresentadas, observados em processos licitatórios semelhantes, conforme apresentado neste instrumento, o que torna possível a realização da aquisição através de processo licitatório com ampla concorrência.

9.6. Opção de critério de julgamento e contratação será o **Menor Preço por item**.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Informo que este instrumento de planejamento é único, não havendo correlação ou interdependência com outras contratações.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As despesas referentes ao referido processo estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A contratação não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.2. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024;

Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

Id do item no PCA: 1966 a 2015;

Classe/Grupo:

7510 - Artigos para escritório;

7030 - Equipamentos de armazenamento de dados;

9160 - Ceras, óleos e gorduras diversos;

7920 - Vassouras, escovas, rodos, esponjas e esfregões;

7070 - Peças e acessórios para impressoras;

8115 - Caixas, caixotes e engradados;

7520 - Acessórios e dispositivos para escritório;

8135 - Materiais a granel para acondicionamento e embalagem;

7090 - Suprimentos de informática – tic;

7210 - Utensílios domésticos;

3590 - Equipamentos diversos para serviços profissionais e comerciais;

5999 - Componentes elétricos e eletrônicos diversos;

4240 - Equipamento para segurança e salvamento;

6350 - Sistemas diversos de sinalização, alarme e detecção para segurança;

5836 - Equipamentos para gravação e reprodução de vídeo;

5210 - Instrumentos de medição para artífices;

5935 - Conectores elétricos;

7060 - Peças e acessórios para computadores;

6140 - Baterias recarregáveis;

7240 - Recipientes para uso doméstico e comercial;

5120 - Ferramentas manuais sem corte, não acionadas por força motriz;

5999 - Componentes elétricos e eletrônicos diversos;

5805 - Equipamento telefônico e telegráfico;

9330 - Artigos de plástico;

7290 - Utensílios comerciais e domésticos diversos;

9999 - Itens diversos;

7350 - Louça e artigos de mesa;

7360 - Jogos, conjuntos e equipamentos para preparar e servir alimentos;

7340 - Cutelaria e talheres;

8465 - Equipamentos individuais;

9905 - Cartazes, mostruários e placas de identificação;

8105 - Sacos e bolsas;

6750 - Suprimentos fotográficos.

Identificador da Futura Contratação: 110404-593/2024

11.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Entretanto, o PLS deste Ministério encontra-se em fase de elaboração por comissão específica.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a aquisição dos materiais de consumo, que englobam o presente processo de modo que este atenda às necessidades do Ministério da Defesa - MD.

12.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da aquisição, conforme previsto no item 2 deste instrumento.

2.1.3. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada – setembro/2023, dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo, conforme previsto no item 4 deste dispõem de critérios de sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, obtenção de licenças, outorgas e/ou autorizações, à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que se trata de aquisições de materiais comuns e não tem maiores complexidades, bastando que as empresas ganhadoras da licitação cumpram com as obrigações.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no item 4 deste presente Estudo Técnico Preliminar.

15. Providências Complementares

15.1. A Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, disciplina que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) consiste no repositório centralizado e obrigatório dos atos inerentes às contratações públicas, prevendo especialmente:

Art. 174. § 2º O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:

III - (...) avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;

15.2. Face ao exposto, o ETP é apêndice ao Termo de Referência, é considerado anexo do edital ou do aviso de contratação e, portanto, precisa ser divulgado no PNCP.

15.3. Em observação a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, e em atendimento ao art.13 da IN nº 58/2022.

Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

15.4. Essa EPC (Equipe de Planejamento da Contratação) avaliou não ser necessário a classificação de grau, prazos, informações ou valores sigilosos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 3194, DE 28 DE JUNHO DE 2024 (7228942)

MARCOS LUIS COSTA HONORATO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 15/10/2024 às 09:37:00.

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 3194, DE 28 DE JUNHO DE 2024 (7228942)

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/10/2024 às 13:22:27.

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 3194, DE 28 DE JUNHO DE 2024 (7228942)

WAGNER DE SOUZA COUTINHO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 15/10/2024 às 09:38:43.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Esta equipe de planejamento declara a viabilidade e a razoabilidade da aquisição de material de consumo para o Ministério da Defesa (MD), com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

17.2. De acordo com a PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 3194, DE 28 DE JUNHO DE 2024 (7228942), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 27, de 05 de julho de 2024 (7232746), foi designada a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme segue:

17.2.1. I - na condição de integrante requisitante: S Ten (EB) MARCOS LUÍS COSTA **HONORATO**, CPF: ***.076.004-**, lotada na Seção de Gestão de Almoxarifado (ALMOX);

17.2.2. II – na condição de integrante administrativo: 1º Ten (MB) **UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**, CPF: ***346.481-**, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ);

17.2.3. III - na condição de integrantes técnicos: S Ten (EB) **WAGNER DE SOUZA COUTINHO**, CPF:***.206.527-**, lotado na Seção de Gestão Almoxarifado (ALMOX);

**Anexo II - Anexo II - Minuta da Ata de Registro de
Precos.pdf**

Ata de Registro de Preços 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	SIVIA CRISTINA DORNELAS	14/10/2024 11:46 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60585.000694/2024-69

1. Do objeto



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O Ministério da Defesa - MD, por meio do Departamento de Administração Interna - DEADI, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco O, CEP: 70052-900, na cidade de Brasília - DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº /202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material de consumo**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 90036/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Defesa.

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5.1. Validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrado

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIVIA CRISTINA DORNELAS
Equipe de apoio

**Anexo III - Anexo III - Modelo de Proposta de Precos.
pdf**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº **90036/2024-MD**
SESSÃO PÚBLICA: / /2024
HORÁRIO: 10h

Proposta que faz a empresa para **aquisição de material de consumo**, realizada na forma de **REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, consoante especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº **90036/2024-MD**, conforme tabela abaixo.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO	UF:	CEP:
TELEFONES		
E-MAIL		
DADOS BANCÁRIOS		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3 ...						

(OBSERVAÇÃO: VALORES ACIMA EM ALGARISMO E POR EXTENSO)

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº **90036/2024-MD**.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Dados da empresa:

Local e data, de de 2024.

Assinatura e carimbo - (Representante Legal)